EDITAL DE LICITAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE ARARANGUÁ
PREGÃO ELETRÔNICO N. 174/2025/2025 PARA REGISTRO DE PREÇOS
(Processo Administrativo n° 290/2025)

Torna-se público que a **Secretaria de Educação e Cultura** por meio da **Secretaria de Administração**, sediada à Rua Dr. Virgulino de Queiroz, 200 – Centro – Araranguá/SC, realizará licitação, na modalidade PREGÃO para REGISTRO DE PREÇOS, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei Federal n. 14.133/2021, Lei Complementar n° 310/2021, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014 Decreto n°11572 de 30 de janeiro de 2024 - Regulamento de Licitações e Contratos Administrativos do Município de Araranguá/SC.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00 do dia 19 de novembro de 2025 até às 14h45min do dia 03 de dezembrode 2025.

Início da Sessão de Disputa de Preços: 15h00min do dia 03 de dezembro de 2025, no endereço eletrônico *www.portaldecompraspublicas.com.br*, horário de Brasília – DF.

1. OBJETO

Constitui objeto da presente licitação a **aquisição, sob demanda, de materiais de consumo diversos, compreendendo utensílios, materiais de copa e cozinha, EPI'S, para unidades de ensino municipais de AraranguáSC, de acordo com as especificações técnicas constantes do termo de referência (anexo I).**

No julgamento desta licitação será adotado o critério do **menor por item** e seguirá as regras de apresentação de propostas e lances estabelecidos pelo sistema eletrônico utilizado.

2. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar da presente licitação qualquer pessoa física ou jurídica legalmente estabelecida no País, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que atenda às exigências deste Edital e seus anexos.

2.2. Não poderão participar desta licitação:

2.2.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.2.2. autor do termo de referência, anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.2.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente,

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 | www.ararangua.sc.gov.br

controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.2.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.2.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Município de Araranguá ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.2.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal n. 6.404/1976, concorrendo entre si;

2.2.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por licitação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.8. agente público do órgão ou entidade proponente;

2.2.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do Município de Araranguá/SC, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme§ 1º do artigo 9º da Lei Federal n. 14.133/2021;

2.3. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.2.2 e 2.2.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da licitação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.5. O disposto nos itens 2.2.2 e 2.2.3 não impede a licitação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.6. O impedimento de que trata o item 2.2.4 será também aplicado ao proponente que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do proponente.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da licitação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal n. 14.133/2021.

2.9. Os profissionais organizados na forma de cooperativas somente podem participar da licitação e serem contratadas acaso comprovem a possibilidade de executar o objeto do contrato com autonomia pelos cooperados, de

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre o Município de Araranguá e os cooperados, atendidas as condições do artigo 16 da Lei Federal n. 14.133/2021.

2.10. O proponente responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.11. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.12. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.13. Para **todos os itens do processo, exceto para o item 98,** a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar n. 123/2006 e Lei Municipal Complementar n. 310/2021.

2.13.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.14. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal n. 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n. 123/2006 e Lei Complementar Municipal 310/2021.

2.14 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3. PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

3.1. A presente licitação será conduzida pelo (a) pregoeiro (a), que pode ser auxiliado(a) por equipe de apoio ou por técnicos especializados, de acordo com o seguinte procedimento:

(a) publicação do edital;
(b) credenciamento no sistema;
(c) eventual pedido de esclarecimento ou impugnação;
(d) resposta motivada sobre o eventual pedido de esclarecimento ou impugnação;
(e) envio da proposta e dos documentos de habilitação no sistema;
(f) avaliação das condições de participação;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 I www.ararangua.sc.gov.br

(g) apresentação de propostas e lances;
(h) julgamento;
(i) verificação de efetividade dos lances ou propostas;
(j) negociação;
(k) habilitação;
(l) declaração de vencedor;
(m) interposição de recurso;
(n) adjudicação e homologação.

4. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES

4.1. Os interessados deverão providenciar seu credenciamento, com atribuição de chave de identificação e senha pessoais e intransferíveis pelo site **www.portaldecompraspublicas.com.br**.

4.2. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico realizado pela Prefeitura Municipal de Araranguá;

4.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao município de Araranguá a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do seu uso indevido, ainda que por terceiros;

4.4. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica em responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico;

4.5. O licitante responsabilizar-se-á exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

4.6. A participação na sessão pública do Pregão Eletrônico, bem como o encaminhamento da proposta de preços e dos documentos de habilitação, dar-se-á exclusivamente por meio do acesso ao *site* **www.portaldecompraspublicas.com.br**, mediante a chave de acesso e a senha do credenciado, observado a data e o horário limite estabelecido no item 6 deste Edital;

4.7. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, bem como as mensagens disponibilizadas por meio do site, desde a data da publicação do Edital. Fica a Administração isenta de qualquer responsabilidade diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua conexão ou desconexão;

4.8. É de responsabilidade do credenciado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Portal e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou desatualização.

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para pedir esclarecimentos e impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido **até 3 (cinco) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 | www.ararangua.sc.gov.br

5.2. A impugnação e o (s) pedido (s) de esclarecimento poderão ser realizados, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, **através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br**.

5.3. O pregoeiro deverá receber o pedido de esclarecimento e impugnação e remetê-lo imediatamente a o **Órgão Requisitante**, para que ofereça resposta motivada.

5.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no mesmo sistema que o Edital no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.5. Acaso o pedido de esclarecimento ou impugnação não seja respondido até o último dia útil anterior à abertura do certame, ela deverá ser adiada, de modo que seja respeitado o prazo de intervalo entre a data da resposta ao pedido de impugnação e a abertura da licitação.

5.6. Acolhida a impugnação, caso a modificação comprometa a formulação das propostas, será definida e publicada nova data para a realização do certame, respeitando os prazos mínimos do artigo 55 da Lei Federal n. 14.133/2021.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sua proposta comercial, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital e os documentos de habilitação exigidos no Edital até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz,nos termos doinciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal;

6.2.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;

6.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal n. 14.133/2021.

6.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa caso deseje usufruir do tratamento diferenciado, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar n. 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos§§ 1º ao 3º do artigo 4º da Lei Federal n. 14.133/2021.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 I www.ararangua.sc.gov.br

6.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.2 a 6.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal n. 14.133/2021 e neste Edital.

6.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas após a fase de envio de lances.

6.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. valor, marca e modelo (quando for o caso).

7.1.2. O valor máximo admitido é critério de aceitabilidade de proposta.

7.1.3. Descrição do objeto;

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (Cento e vinte) dias**, a contar da data de sua apresentação, para fins de Registro de Preços **12 (doze) meses** contados da Assinatura da Ata.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 I www.ararangua.sc.gov.br

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação ocorrerá em sessão pública, por meio de sistema eletrônico (**www.portaldecompraspublicas.com.br**), na data, horário e local indicados neste Edital e será presidida pelo Pregoeiro. Em caso de suspensão, sua continuidade se dará nos termos indicados em comunicado formal subsequente.

8.2. No início da sessão o Pregoeiro avaliará e desclassificará as propostas que identifique o licitante.

8.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor **item.**

8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R$ 0,01 (Hum centavo)**

8.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de **disputa aberta.**

8.12. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **dois minutos** do período de duração da sessão pública.

8.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 | www.ararangua.sc.gov.br

8.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado antes.

8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a **dez minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas pelo menos **vinte e quatro horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no site utilizado para divulgação.

8.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006 e da Lei Complementar Municipal 310/2021.

8.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.19.2. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **cinco minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.20. Decorrida a etapa de lances, será concedida a prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) superior da menor oferta, a fim de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, nos termos da Lei Municipal n° 310/2021 de 19/03/2021, **respeitando os limites legais de exclusividade constantes na Lei Complementar n° 123/2006.**

8.21. Para efeitos do Art. 20 da Lei Municipal n° 310/2021, considera-se:

8.21.1. I – local ou municipal: o limite geografico do município de ;

8.21.2. II – regional: o âmbito dos municípios constituintes da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense – AMESC;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 I www.ararangua.sc.gov.br

8.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 60 da Lei Federal n. 14.133/2021, nesta ordem:

8.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;

8.22.2.2. empresas brasileiras;

8.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal n. 12.187/2009.

8.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

8.23.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo máximo de **2 (duas) horas**, envie a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.23.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de julgamento da proposta.

8.25. **Devido a exigência de amostras para os itens arrematados, a sessão será suspensa após a finalização da etapa de lances para que seja possível a analise das mesmas. Será concedido prazo de no máximo 15 (quinze) dias uteis para o recebimento das amostras, conforme condições estabelecidas no termo de referência.**

8.26. **A data e hora para retomada da sessão será informada no chat a todos os participantes, de modo que a partir desse momento serão abertos os prazos para intenções de recursos.**

9. DA FASE DE JULGAMENTO

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 I www.ararangua.sc.gov.br

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no artigo 14 da Lei Federal n. 14.133/2021, artigo 36 do Regulamento de Licitações e Contratos do Município de e no item 2.2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, observada a abrangência da penalidade, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei Federal n. 8.429/1992.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com item 6.4 deste edital.

9.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.5.1. contiver vícios insanáveis;

9.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.7. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar a planilha elaborada por ele, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

9.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.9. O licitante classificado em primeiro lugar será convocado para realizar a fase de habilitação.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 I www.ararangua.sc.gov.br

10. DA FASE DE JULGAMENTO

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no artigo 14 da Lei Federal n. 14.133/2021, artigo 36 do Regulamento de Licitações e Contratos do Município de Araranguá e no item 2.2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, observada a abrangência da penalidade, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei Federal n. 8.429/1992.

10.2. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

10.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com item 6.4 deste edital.

10.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

10.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

10.5.1. contiver vícios insanáveis;

10.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

10.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

10.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

10.7. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar a planilha elaborada por ele, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

10.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

10.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 | www.ararangua.sc.gov.br

10.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

10.9. O licitante classificado em primeiro lugar será convocado para realizar a fase de habilitação.

11. DA FASE DE HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei Federal n. 14.133/2021, deverão ser enviados por meio do sistema eletrônico, em formato digital, no prazo máximo de até 60 (sessenta) minutos após o encerramento da fase de negociação.

11.2. **Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista**

10.2.1 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

10.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.2.3 Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.2.4 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

10.2.5 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT;

11.3. **Qualificação Econômico e Financeira**

11.3.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado sede da empresa em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

11.3.2. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir;

10.3.5. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor do Foro da sede da matriz da Pessoa Jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

Para o estado de Santa Catarina, disponível através do endereço https://www.tjsc.jus.br/web/judicial/certidoes. Para as certidões emitidas em outros estados será observado as orientações constantes das mesmas.

10.3.6. O proponente que apresentar resultados econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices exigidos deverá comprovar que possui Capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

10.3.7. Certidão Simplificada da Junta Comercial, com data de emissão inferior a 90 (noventa) dias da data de abertura do certame, ou declaração firmada pelo representante legal, sob as penas da lei, atestando o

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 I www.ararangua.sc.gov.br

preenchimento dos requisitos legais para tanto, para comprovação da condição de Microempresa, Microempreendedor Individual e Empresa de Pequeno Porte.

11.4. **Qualificação Técnica e outras declarações**

11.4.1 Apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica em nome da licitante, , que comprove aptidão da licitante para desempenho de atividade semelhante, pertinente e compatível em características o objeto da licitação;

11.4.1.1. O(s) atestado(s) devera(ão) conter, além do nome do atestante, endereço e telefone da pessoa jurídica, ou qualquer outra forma de que o MUNICIPIO possa valer –se para manter contato com a declarante.

11.4.1.2. Declaração em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, Lei nº. 9854/99 e no Decreto nº.4358/2002, de que não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

11.4.1.3. Declaração de Parentesco

11.4.1.4. Modelo de declaração de idoneidade para licitar

11.4.1.5. Declaração de Equandramento

11.5. **Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País**, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

11.5.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal n. 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.6. **Quando permitida a participação de consórcio de empresas**, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

11.6.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **10%** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais, conforme artigo 38 do Regulamento de Licitações e Contratos do Município de Araranguá.

11.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, cópia autenticada ou assinatura digital

11.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal n. 14.133/2021.

11.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b891

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 I www.ararangua.sc.gov.br

11.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

11.11. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

11.12. A verificação pelo pregoeiro, em *sites* oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.12.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **máximo de 2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

11.13. A verificação no PNCP ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

11.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

11.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (artigo 64 da Lei Federal n. 14.133/2021):

11.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

11.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

11.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 11.12.1.

11.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

11.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (artigo 42 da Lei Complementar 123/2006).

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no artigo 165 da Lei Federal n. 14.133/2021.

12.2. Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer no prazo de até **10 (dez) minutos** da disponibilização ou da lavratura do ato recorrido, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b891

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 | www.ararangua.sc.gov.br

úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começam a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

12.2.1. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo agente de licitação ao vencedor.

12.2.2. Entende-se por manifestação motivada da intenção de recorrer a indicação sucinta dos fatos e das razões do recurso, sem a necessidade de indicação de dispositivos legais ou regulamentares violados ou de argumentação jurídica articulada.

12.2.3. As razões do recurso poderão trazer outros motivos não indicados expressamente na sessão pública.

12.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso e as contrarrazões, caso haja, para a autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.6. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sistema de licitação.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Após a autoridade competente homologar o resultado da licitação, o adjudicatário será convocado para assinar O CONTRATO E/OU ATA DE SRP, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto ao Município de Araranguá.

12.2. O licitante vencedor por item deverá manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços todas as condições de habilitação que lhe foram exigidas nesta licitação.

12.3. A recusa injustificada do licitante 1º colocado em atender o disposto no item 12.1., dentro do prazo estabelecido, sujeitará, o licitante à aplicação da penalidade de suspensão temporária pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos.

12.4. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições, considerando-se o disposto na Lei nº. 14.133/2021.

12.5. A contratação com o (s) fornecedor (es) registrado (s), após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de instrumento contratual, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto na Lei n° 14.133/2021.

12.6 As obrigações das partes, forma de pagamento e sanções cominadas são as descritas na Minuta do Contrato constante do **Anexo II** deste Edital.

12.7 Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e a proposta apresentada pelo adjudicatário.

12.8 Para instruir a formalização dos contratos ou instrumento equivalente, o fornecedor deverá providenciar e encaminhar ao órgão contratante, a partir da data da convocação, certidões negativas de débitos contribuições

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

federais a Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais (administrado pela Secretaria da Receita Federal), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e certidões negativas de tributos e, estadual e municipal e CNDT, sob pena de a contratação não ser concretizada, devendo manter estas certidões atualizadas.

12.9 Se a documentação anteriormente apresentada para habilitação ou constante do cadastro estiver dentro do prazo de validade, o fornecedor ficará dispensado da apresentação da mesma.

12.10. A ata de Registro de Preços pode ser objeto de alteração, aplicando – se as normas e os mesmos pressupostos estabelecidos na Lei n° 14.133/2021 e regulamento especifico.

12.11. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços regem-se pelas disposições da Lei n° 14.133/2021 e do Regulamento especifico.

12.12. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (hum) ano, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, restaurando –se para o período de prorrogação, o quantitativo original, independentemente do que se tenha contratado pelo município no primeiro ano de vigência, conforme disposto no Art. 84 da Lei n° 14.133/2021.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal n. 14.133/2021 e da Lei Municipal 4.056/2023, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.5. fraudar a licitação

14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.8. praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal n. 12.846/2013.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

14.2. Com fulcro na Lei Federal n. 14.133/2021e na Lei Municipal 4.056/2023, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado ou, caso a não tenha sido firmado contrato, sobre o valor estimado da contratação, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 20% do valor do contrato licitado.

14.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Araranguá, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no §5º do artigo 156 da Lei Federal n. 14.133/2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 I www.ararangua.sc.gov.br

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização pela Comissão Permanente de Ética e Disciplina nas Licitações e Contratos do município, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá no prazo de 10 (dez) dias úteis, representação contra os atos da Comissão Permanente de Ética e Disciplina nas Licitações e Contratos, a ser encaminhada ao Secretário de Administração, que a receberá sem efeito suspensivo e decidirá a seu respeito após ouvida a Procuradoria-Geral do Município.

14.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação ao Chefe do Poder Executivo, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar serão aplicadas conforme a dosimetria prevista no Artigo 71 do Regulamento de Licitações e Contratos do Município de Araranguá e são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei Federal n. 14.133/2021.

14.17. Os débitos da CONTRATADA para com a Administração CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE, na forma do artigo 72 do Regulamento de Licitações e Contratos do Município de Araranguá.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e *site* oficial **da Prefeitura Municipal de Araranguá/SC** – www.ararangua.sc.gov.br e no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

15.11.1.1. ANEXO I.1 – Estudo Técnico Preliminar

15.11.2. ANEXO II – Minuta Ata de SRP

14.11.2.1 – ANEXO II.1 – Minuta de Contrato

15.11.3. ANEXO III – Modelo de Declaração de Parentesco

15.11.4. ANEXO IV – Modelo de Declaração de Idoneidade para Licitar

15.11.5. ANEXO V – Declaração de Enquadramento

Araranguá, 18 de novembro de 2025.

Assinado eletronicamente por:
VOLNEI RONIEL BIANCHIN DA SILVA
030.879.979-86
18/11/2025 13:58:47

Volnei Roniel Bianchin da Silva

Secretário de Administração

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b891

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 I www.ararangua.sc.gov.br

ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA

OBJETO

Aquisição (sob demanda) **para futura e eventual aquisição de materiais de consumo diversos**, compreendendo **utensílios de uso geral, materiais de copa e cozinha, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), suprimentos para equipamentos eletrônicos (tintas para impressoras) e materiais administrativos (bobinas para relógio de ponto)**, objetivando a manutenção das unidades de ensino do município de Araranguá – SC conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais anexos deste edital.

JUSTIFICATIVA

A aquisição conjunta de materiais de consumo diversos justifica-se pela necessidade de otimização dos recursos públicos, racionalização dos processos de compras e manutenção da continuidade dos serviços administrativos e operacionais da instituição. Apesar da heterogeneidade dos itens, todos são de uso rotineiro e essencial, sendo demandados por diversos departamentos desta secretaria. Esses itens são fundamentais para garantir o cumprimento das normas de segurança do trabalho, higiene, conforto dos colaboradores e manutenção da rotina institucional. A ausência ou insuficiência desses materiais compromete diretamente a eficiência dos serviços prestados, podendo inclusive acarretar riscos à saúde e segurança dos servidores e demais usuários.

A aquisição de diversos Utensílios são essenciais para manter as instalações escolares limpas e livres de germes, o que contribui para a saúde e segurança dos alunos, professores e funcionários. As escolas devem cumprir regulamentos sanitários rigorosos para garantir um ambiente seguro e saudável para os alunos. A disponibilidade de diversos utensílios ajuda a garantir que as instalações estejam em conformidade com essas regulamentações. Utensílios de limpeza adequados ajudam a preservar a integridade das instalações e equipamentos escolares, prolongando sua vida útil e reduzindo a necessidade de reparos e substituições frequentes. Utensílios de cozinha de qualidade são essenciais para garantir que os alimentos preparados nas escolas sejam seguros para consumo, protegendo assim a saúde dos alunos e evitando incidentes relacionados à segurança alimentar. Ter uma variedade de utensílios de limpeza e cozinha adequados pode aumentar a eficiência das operações escolares, permitindo que o pessoal responsável pela limpeza e preparação de alimentos realize suas tarefas de maneira mais rápida e eficaz. Ao investir em diversos utensílios de material de limpeza e cozinha, esta secretaria demonstra seu compromisso com a saúde, segurança e bem-estar dos alunos, além de garantir um ambiente propício para o aprendizado e desenvolvimento.

A inclusão de materiais diversos na licitação de utensílios visa garantir o suporte necessário para a realização dos projetos pedagógicos desenvolvidos pelas unidades escolares, promovendo o aprendizado ativo, a criatividade e o envolvimento dos alunos nas atividades práticas, para que a criança tenha um contato próximo de seu cotidiano. Tal medida contribui para a economicidade, eficiência na gestão de compras públicas e padronização dos insumos escolares. Ademais, materiais como panos de prato, luvas, aventais, entre outros, são de consumo contínuo e sua reposição periódica é necessária para manter as condições adequadas de limpeza, organização e segurança nos ambientes de preparo e consumo de alimentos, enquanto os EPI's destinam-se à proteção dos colaboradores que executam atividades que envolvem riscos físicos, químicos ou biológicos, em conformidade com as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, especialmente a NR-6. Sua aquisição é essencial para preservar a integridade física dos trabalhadores e atender à legislação vigente, evitando sanções administrativas e judiciais.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

O parcelamento da solução é a norma, e a licitação deve ser conduzida por item sempre que o objeto for divisível, desde que essa divisão não resulte em prejuízo para o conjunto da solução ou em perda de economia de escala. Isso visa promover a participação ampla de licitantes, permitindo que aqueles que não possuam capacidade para executar a totalidade do objeto possam fazê-lo em relação a itens ou unidades autônomas. A modalidade escolhida para a aquisição será por meio de Sistema de Registro de Preços, a qual é o entendimento mais apropriado e que melhor se adapta às necessidades desta secretaria.

DETALHAMENTO DO OBJETO/QUANTIDADE/ VALOR MÁXIMO UNITÁRIO ADMITIDO

Item	Produto – Descrição Mínima Exigida	Unidade - Descrição	Quantidade - Licitada	Valor - Máx. Unit. (R$)	Valor - Máx. Total (R$)
1	ABRE LATA, MULTI FUNÇÕES, MANUAL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 5CM DE ALTURA POR 5,2 DE LARGURA E 20CM DE COMPRIMENTO, COMPOSIÇÃO: LAMINA EM AÇO INOXIDÁVEL E CABO EM POLIPROPILENO.	UNIDADE	100,0000	19,0000	1.900,00
2	AÇUCAREIRO COM COLHER E TAMPA, EM INOX, MEDIDA APROXIMADA 40 CM DE DIÂMETRO.	UNI	50,0000	23,0000	1.150,00
3	ALMOFADA EM TECIDO SUEDE 50X50CM PADRONIZADA ALMOFADA EM TECIDO SUEDE 50X50CM, COM ZÍPER, ENCHIMENTO: 80% EM FIBRA E 20% EM FLOCOS DE ESPUMA; CORES VARIADAS CONFORME PEDIDO	UNIDADE	300,0000	31,0000	9.300,00
4	AMASSADOR EM MADEIRA MEDINDO 28CM;	UNI	120,0000	18,9000	2.268,00
5	APLICADOR, CORTADOR SUPORTE DE FITA ADESIVA LARGA 50MM, DISPENSADOR DE MÃO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 28CM DE COMPRIMENTO, 7CM DE LARGURA E 14CM DE ALTURA, COMPOSIÇÃO: CORPO DO APLICADOR EM METÁLICO, APLICADOR DE FITA, ROLO PRESSOR DO APLICADOR E ESPÁTULA DO APLICADOR EM PLÁSTICO ACRILONITRILA BUTADIENO ESTIRENO (ABS), SERRILHA EM METAL, COM AJUSTE DE TENSÃO E FREIO AJUSTÁVEL, PRODUTO EMBALADO INDIVIDUALMENTE	UNIDADE	20,0000	54,1500	1.083,00
6	ASSADEIRA ALTA RETANGULAR EM ALUMÍNIO, DIMENSÃO MÍNIMAS 40CM X 5CM X 28CM COMPRIMENTO X ALTURA X LARGURA. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DO INMETRO.	UNI	60,0000	36,4600	2.187,60
7	ASSADEIRA REDONDA EM ALUMÍNIO POLIDO PADRONIZADA ASSADEIRA REDONDA EM ALUMÍNIO POLIDO, MEDIDA MÍNIMA 35,5 CM DE CIRCUNFERÊNCIA. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DO INMETRO.	UNI	60,0000	23,0000	1.380,00
8	ASSADEIRA RETANGULAR EM ALUMÍNIO DIMENSÃOMÍNIMA DE 37CM X 6CM X 26CM, COMPRIMENTO POR ALTURA E POR LARGURA. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DO INMETRO.	UNI	60,0000	36,9000	2.214,00
9	AVENTAL EM NAPA, MEDINDO 1,20M POR 70 CM, COMPOSIÇÃO NYLON EMBORRACHADO E PVC, NÃO ALÉRGICO, COM ALÇAS AJUSTÁVEIS PARA AMARRAÇÃO, IMPERMEÁVEL COM FORRAÇÃO, NA COR BRANCA, PRODUTO EMBALADO INDIVIDUALMENTE, CORES CONFORME SOLICITADO. DEVE APRESENTAR NÚMERO DE CA VALIDO (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO MT)	UNI	1.200,0000	19,5700	23.484,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

10	AVENTAL INTEIRO, COM PEITO EM TECIDO POLIÉSTER, COR BRANCA, AJUSTÁVEL NO PESCOÇO E NA CINTURA, DEVE POSSUIR BOLSO FRONTAL. MEDIDAS MÍNIMAS: COMPRIMENTO 76CM E LARGURA DE 58CM.	UNI	300,0000	26,9900	8.097,00
11	BACIA DE PLASTICO, MEDINDO 17,5CM DE ALTURA, 43,5CM DE LARGURA POR 43,5CM DE COMPRIMENTO, CAPACIDADE PARA 15LTRS, POSSUIR ESCALAS MEDIDORAS, ALÇAS ANATOMICAS E BICO DIRECIONADOR.	UNIDADE	150,0000	29,0000	4.350,00
12	BACIA DE PLÁSTICO, MEDINDO 18CM DE COMPRIMENTO POR 18CM DE LARGURA E 14CM DE ALTURA, CAPACIDADE PARA 8,6LTRS, POSSUIR ESCALAS MEDIDORAS, ALÇAS ANATOMICAS E BICO DIRECIONADOR.	UNIDADE	150,0000	14,8500	2.227,50
13	BACIA DE PLASTICO, MEDINDO 27CM DE LARGURA, 29CM DE COMPRIMENTO POR 9,5CM DE ALTURA, CAPACIDADE 2,5LTRS, POSSUIR ESCALAS MEDIDORAS, ALÇAS ANATOMICAS E BICO DIRECIONADOR.	UNIDADE	150,0000	13,2500	1.987,50
14	BACIA DE PLÁSTICO, MEDINDO 37,5CM DE COMPRIMENTO, 35CM DE LARGURA POR 12CM DE ALTURA, CAPACIDADE PARA 5LTRS, POSSUIR ESCALAS MEDIDORAS, ALÇAS ANATÔMICAS E BICO DIRECIONADOR.	UNIDADE	150,0000	19,1200	2.868,00
15	BALANÇA DIGITAL COM PLATAFORMA, COM PESAGEM DE 50G A 200KG, VISOR COM DISPLAYS LUMINOSOS VERMELHOS DE LED MÍNIMOS DE 20MM E MARCADOR DE PESO COM 05 A 08 DÍGITOS EM PORTUGUÊS, PLATAFORMA MEDINDO NO MÍNIMO 50CM X 40XCM E COM HASTE DE NO MÍNIMO 70CM, TODA ESTRUTURA EM AÇO CARBONO, DURÁVEL E RESISTENTE A DIFERENTES AMBIENTES DE TRABALHO, COM TARA E CALIBRAÇÃO E FONTE DE ALIMENTAÇÃO, MANUAL E TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO 220V. GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO. APROVAÇÃO DO INMETRO.	UNI	2,0000	1.738,5000	3.477,00
16	BALANÇA DIGITAL ELETRÔNICA - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS - DEVERÁ TER PRECISÃO ATÉ 15 KG, SENSIBILIDADE 1 G. ALIMENTAÇÃO 2 PILHAS AAA PARA USO IMEDIATO DO PRODUTO, COM VISOR, CONTENDO DUAS TECLAS: LIGA E TARA PARA DESCONTAR O PESO DO ITEM E OBTER O PESO REAL DO INGREDIENTE A SER PESADO. DEVERÁ POSSUIR CERTIFICADO DO INMETRO.	UNIDADE	60,0000	24,9900	1.499,40
17	BANDEJA PLÁSTICA - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS - FORMATO RETANGULAR, COR BRANCA, MEDINDO NO MÍNIMO 53CM DE COMPRIMENTO X 37CM DE LARGURA E 8,5CM DE ALTURA. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DO INMETRO.	UNIDADE	60,0000	39,9000	2.394,00
18	BANDEJA RETANGULAR EM INOX, MEDINDO APROXIMADAMENTE 46 CM COMPRIMENTO X 30 CM LARGURA	UNI	50,0000	29,9000	1.495,00
19	BANDEJA RETANGULAR, MEDINDO APROXIMADAMENTE 10CM DE ALTURA POR 36CM DE LARGURA E 41CM DE COMPRIMENTO, CAPACIDADE PARA 12LTRS, EM POLIPROPILENO LEITOSO, COM ABAS, NA COR BRANCA.	UNIDADE	100,0000	29,9900	2.999,00
20	BANDEJA RETANGULAR, MEDINDO APROXIMADAMENTE 34CM DE COMPRIMENTO POR 20CM DE LARGURA E 7CM DE ALTURA, COM CAPACIDADE PARA 3LTRS, EM POLIPROPILENO LEITOSO, COM ABAS, NA COR BRANCA.	UNIDADE	100,0000	7,9900	799,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

21	BANDEJA RETANGULAR, MEDINDO APROXIMADAMENTE 49CM DE COMPRIMENTO POR 29CM DE LARGURA E 8CM DE ALTURA, CAPACIDADE PARA 7LTRS, EM POLIPROPILENO LEITOSO, COM ABAS, NA COR BRANCA.	UNIDADE	100,0000	19,2000	1.920,00
22	BANDEJA RETANGULAR PLANAS DE PLÁSTICO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 34 CM COMPRIMENTO X 24 CM LARGURA E 2,5 DE ALTURA, EMPILHÁVEL. CORES VARIADAS.	UNI	350,0000	22,9000	8.015,00
23	BATE CLARAS CABO DE MADEIRA MEDINDO 20CM	UNI	120,0000	14,6300	1.755,60
24	BOBINA TÉRMICA PARA RELÓGIO PONTO, TAMANHO 55MM X 300M, EM PAPEL TERMOSSENSÍVEL. COR BRANCA OU AMARELA. GRAMATURA DE NO MÍNIMO 50G/M2 E NO MÁXIMO 80G/M2. CAIXA COM 6 UNIDADES.	CAIXA	150,0000	209,9000	31.485,00
25	BOLA DE TÊNIS DE CAMPO. DO TIPO SOFT BOLA DE TÊNIS DE CAMPO. DO TIPO SOFT COM BAIXA RESSÃO PARA INICIAÇÃO - Nº 03 (BAIXA VELOCIDADE)	UNIDADE	120,0000	14,9900	1.798,80
26	BULE PARA CAFÉ EM ALUMÍNIO, CABO ANATÔMICO EM BRAQUELITE, CAPACIDADE APROXIMADA PARA 2LTRS, COM 2MM DE ESPESSURA, 11,5 DE DIAMETRO NA PARTE DA SUPERIOR DA BOCA E 19,5CM DE ALTURA SEM A TAMPA, TAMPA EM ALUMÍNIO E PEGADOR DA TAMPA EM BRAQUELITE.	UNIDADE	60,0000	58,0000	3.480,00
27	CAIXA PLÁSTICA EM PLÁSTICO POLIPROPILENO COM CAPACIDAD DE 26LT, PODE SER UTILIZADA NO FREEZER, MULTIUSO COM TAMPA. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DO INMETRO.	UNI	100,0000	38,5000	3.850,00
28	CAIXA PLÁSTICA EM PLÁSTICO POLIPROPILENO COM CAPACIDADE DE 15LT , PODE SER UTILIZADA NO FREEZER, MULTIUSO. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DO INMETRO.	UNI	100,0000	35,9800	3.598,00
29	CAIXA PLÁSTICA FECHADA, PRODUZIDA COM PEAD, FECHADA NO FUNDO E EM TODO O CONTORNO COM ALÇAS ABERTAS, COM CAPACIDADE DE 50 LITROS, MEDIDAS MINIMAS DE 60CM X 40CM X 25CM. COM CAPACIDADE DE EMPILHAMENTO DE NO MÍNIMO 200KG, NA COR BRANCA.	UNI	40,0000	108,0000	4.320,00
30	CAIXA VAZADA VÁRIAS CORES, FABRICADA EM MATERIAL PLÁSTICO DE ALTO IMPACTO, VAZADA NO FUNDO E EM TODOS OS LADOS, COM COLUNAS REFORÇADAS, PAREDES INTERNAS LISAS, CANTOS ARREDONDADOS, SEM REBARBAS INTERNAS E EXTERNAS, MEDINDO NO MÍNIMO 55CM X 36CM X 31CM, CAPACIDADE DE VOLUME INTERNO MÍNIMO 46LITROS. CAPACIDADE DE CARGA POR PEÇA DE 25KG E CAPACIDADE DE EMPILHAMENTO ACIMA DE 200KG. COM GARANTIA E APROVAÇÃO DO INMETRO.	UNI	200,0000	39,9900	7.998,00
31	CAIXINHA EM MDF VAZADA MEDINDO 28,5CM DE COMPRIMENTO, 15CM DE LARGURA E 12 DE ALTURA.	UNI	120,0000	18,5000	2.220,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

32	CALÇADO DE SEGURANÇA TIPO BOTA CANO LONGO COM AMARRA, CONFECCIONADA EM PVC INJETADO EM DUAS ETAPAS (CANO/SOLA), COM FORRO DE ALGODÃO, SEM COMPONENTES METÁLICOS, SOLADO DE POLÍMERO PLÁSTICO COM FILME PVC NITRÍLICO/ANTIDERRAPANTE, COM C.A. DO MINISTÉRIO DO TRABALHO. COR PRETA E AMARELO OU AZUL E AMARELO, OBS.: NO. DIVERSOS, CONFORME A NECESSIDADE, NUMERAÇÃO 33 AO 48 CONFORME PEDIDO.DEVE APRESENTAR NÚMERO DE CA VALIDO (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO MT)	UNI	200,0000	68,9900	13.798,00
33	CALÇADO OCUPACIONAL DE USO PROFISSIONAL TIPO SAPATO, FECHADO NA PARTE DO CALCANHAR E NA PARTE SUPERIOR, CONFECCIONADO EM EVA, SOLETA DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE AO ESCORREGAMENTO EM PISO CERÂMICO COM SOLUÇÃO DE DETERGENTE, RESISTENTE À ABSORÇÃO DE ENERGIA NA REGIÃO DO SALTO, COM PALMILHA INTERNA REMOVÍVEL, NUMERAÇÃO 33 AO 48, COR PRETA OU BRANCA, CONFORME PEDIDO. DEVE APRESENTAR NÚMERO DE CA VALIDO (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO MT)	UNI	400,0000	58,9300	23.572,00
34	CALÇADO OCUPACIONAL ISOLANTE ELÉTRICO, TIPO B, BOTINA ATÉ O TORNOZELO, COM BIQUEIRA EM POLIPROPILENO, CONFECCIONADO EM COURO, FORRADO EM TECIDO NA GAASPEA, PALMILHA DE MONTAGEM EM COURO MONTADA PELO SISTEMA STROBEL, SOLADO EM POLIURETANO BIDENSIDADE INJETADO DIRETAMENTE NO CABEDAL, COM PALMILHA INTERNA DE CONFORTO, NUMERAÇÃO 33 AO 48, CONFORME PEDIDO.DEVE APRESENTAR NÚMERO DE CA VALIDO (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO MT)	UNI	200,0000	96,9900	19.398,00
35	CANECA DE ALUMÍNIO ESMALTADA MEDINDO 6CM	UNI	120,0000	12,0000	1.440,00
36	CANECA EM VIDRO TRANSPARENTE 270ML. CARACTERÍSTICAS: MEDIDAS APROXIMADAS, LARGURA 9CM X COMPRIMENTO 9CM X ALTURA 8CM, CAPACIDADE 270 ML. VIDRO CRISTALINO OU VIDRO BOROSSILICATO, VAI AO MICRO-ONDAS E RESISTENTE A ALTAS TEMPERATURAS E AO CHOQUE TÉRMICO. FABRICADA COM TOTAL CONFORMIDADE COM A NORMA BRASILEIRA DE SEGURANÇA NBR 16319/2014.	UNI	2.000,0000	6,2000	12.400,00
37	CAPA PARA ALMOFADA EM TECIDO SUEDE PADRONIZADA CAPA PARA ALMOFADA EM TECIDO SUEDE, NAS MEDIDAS 50X50, COM ZÍPER, NAS CORES: BRANCA, AZUL, VERMELHA E AMARELA	UNIDADE	500,0000	15,9900	7.995,00
38	CARRINHO DE CARGA PARA TRANSPORTE DE CAIXAS - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS - COMPOSIÇÃO EM AÇO, CAPACIDADE PARA 300KG, PRODUTO DEVERÁ VIR MONTADO COM RODAS DE PNEU E CÂMARA DE AR COM ROLAMENTO E ROLETE. MEDINDO APROXIMADAMENTE 60CM DE LARGURA, POR 1,30CM DE ALTURA E 85CM DE COMPRIMENTO, BASE ARREDONDADA MEDINDO 34CM DE LARGURA E 42CM DE COMPRIMENTO.	UNIDADE	25,0000	389,8900	9.747,25

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 | www.ararangua.sc.gov.br

39	CARRINHO DE CARGA PLATAFORMA, COMPOSIÇÃO EM AÇO DE CARBONO E NYLON, COM CAPACIDADE PARA 300KG DE CARGA, DOBRÁVEL, RODAS EM POLIPROPILENO E BORRACHA TERMOPLÁSTICA, MACIÇAS COM 5' POLEGADAS DE DIÂMETRO (12,5CM), ALÇA EM AÇO DE CARBONO MEDINDO 3CM, ALTURA APROXIMADA DO CARRINHO DE 95CM, BASE MEDINDO 89,5CM DE COMPRIMENTO POR 58,8CM DE LARGURA.	UNIDADE	7,0000	498,0000	3.486,00
40	CARRINHO DE LIMPEZA - CONJUNTO DOBLÔ 50L - CONJUNTO DE DOIS BALDES COM CAPACIDADE PARA 25 LITROS CADA, COM CAVALETE E ESPREMEDOR PARA LIMPEZA DE PISOS FRIOS EM GERAL. ESTRUTURA EM POLIPROPILENO INJETADO; 2 BALDES COM CAPACIDADE PARA 25 LITROS CADA; RODÍZIOS PROJETADOS PARA FACILITAR A MANUTENÇÃO E HIGIENIZAÇÃO; SISTEMA DE ESPREMEDOR COM PRESSÃO SUPERIOR; CLIP DE FIXAÇÃO PARA HASTE; ALÇA EM AÇO TUBULAR COM PINTURA ELETROSTÁTICA; CESTA PARA TRANSPORTE DE ACESSÓRIOS E PRODUTOS QUÍMICOS, DEVE ACOMPANHAR CABO COM ROSCA EM ALUMINÍNIO MEDINDO NO MÍNIMO 1,40 CM, 01 GARRA EM POLIPROPILENO, 02 UNIDADES REFIL ALGODÃO BRANCO.	UNIDADE	25,0000	724,8500	18.121,25
41	CESTO DE VIME NATURAL OVAL TRANÇADO COM DUAS ALÇAS MEDINDO 62CM X 46CM DE DIÂMETRO X 21CM DE PROFUNDIDADE.	UNI	130,0000	147,0000	19.110,00
42	CHALEIRA EM ALUMÍNIO, N°20, CAPACIDADE PARA 3LTRS, MEDINDO 17CM DE ALTURA , 21CM DE DIÂMETRO E 12CM DE DIÂMETRO DA BOCA, DEVE POSSUIR CERTIFICADO DO INMETRO.	UNIDADE	60,0000	59,9000	3.594,00
43	CHUPETA ORTODÔNTICA ESCUDO CÔNCAVO, PINO E ARGOLA EM POLIPROPILENO, BULBO EM SILICONE ORTODÔNTICO TRANSPARENTE. CORES VARIADAS. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DA ANVISA E BISFENOL-A (BPA FREE), PARA BEBÊS MAIORES DE 6 MESES.	UNI	2.000,0000	10,3200	20.640,00
44	COADOR DE CAFÉ, FILTRO DE PANO PARA CAFÉ, CONFECCIONADO EM 100% ALGODÃO, MALHA DUPLA, COSTURAS REFOÇADAS, ESTRUTURA EM FORMATO CÔNICO E RESISTENTE, CABO EM MADEIRA 100% REFLORESTADA, ARO EM ARAME GALVANIZADO, MEDINDO APROXIMADAMENTE: CABO 10CM DE COMPRIMENTO, COADOR 13CM DE DIÂMETRO E 18CM DE ALTURA, TAMANHO G, REUTILIZÁVEL E NA COR BRANCA, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE.	UNIDADE	1.000,0000	8,6700	8.670,00
45	COLHER DE COZINHA INDUSTRIAL, CÔNCAVA, REFORÇADA PARA CALDEIRÃO. RESISTENTE A TEMPERATURAS ACIMA DE 180 GRAUS, MEDIDAS MÍNIMA DE 60CM, CAPACIDADE 50 ML, COR BRANCA, MATERIAL PLÁSTICO (NYLON), FABRICADA DENTRO DAS NORMAS TÉCNICAS DE PREVENÇÃO DE SAÚDE, ANTIBACTERIANA E DIFICULTANDO A CONTAMINAÇÃO CRUZADA, RESISTENTE. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DA ANVISA.	UNI	150,0000	8,9900	1.348,50

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

46	COLHER DE COZINHA INDUSTRIAL EM INOX. COMPRIMENTO MÍNIMO DE 35CM. COLHER CÔNCAVA, REFORÇADA PARA CALDEIRÃO. RESISTENTE A TEMPERATURAS ACIMA DE 180 GRAUS, CONSTRUÍDA DENTRO DAS NORMAS TÉCNICAS DE PREVENÇÃO DE SAÚDE, ANTIBACTERIANA, DIFICULTANDO A CONTAMINAÇÃO CRUZADA, RESISTENTE. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DA ANVISA.	UNI	150,0000	15,9900	2.398,50
47	COLHER DE MESA, COMPRIMENTO 18 CM, LARGURA (CM) 1,8 E 4,0 PONTAS, PESO. 23 GR; MATERIAL AÇO INOX. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DA ANVISA	UNI	1.000,0000	2,9800	2.980,00
48	COLHER DE PAU - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS - CONFECCIONADO EM BAMBU TRADICIONAL, MEDINDO: 35 CM.	UNIDADE	150,0000	3,9900	598,50
49	COLHER DE SOBREMESA EM AÇO INOXIDÁVEL 15,3 CM X 33CM X 18CM PADRONIZAÇÃO, COLHER DE SOBREMESA EM AÇO INOXIDÁVEL, DIMENSÕES 15,3CM X 33CM X 18CM, ESPESSURA 1,2MM, MATERIAL AÇO INOX. PRODUTO DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ANVISA. PRODUTO JÁ CADASTRADO 107708 - ATUALIZAR	UNI	5.000,0000	3,8000	19.000,00
50	COLHER EM MADEIRA REDONDA MEDINDO 32CM;	UNI	120,0000	2,9900	358,80
51	COLHERINHA PLÁSTICA DESCARTÁVEL, MEDINDO 12,5CM DE COMPRIMENTO E 2,7CM DE LARGURA, COMPOSIÇÃO EM POLIESTIRENO, PRODUTO 100% RECICLÁVEL, NÃO ATÓXICO, LIVRE DE BISFENOL A, NA COR BRANCA, PACOTE CONTENDO 50 UN.	UNIDADE	2.000,0000	4,0000	8.000,00
52	CONCHA PARA COZINHA N°10, EM ALUMINIO, CONCAVO DA CONCHA MEDINDO 50CM DE LARGURA, 15CM DE PROFUNDIDADE E CM DE ALTURA, CABO MEDINDO 37CM DE ALTURA, CAPACIDADE PARA 200ML, CABO SEM EMENDAS E COM GANCHO NA PONTA, POSSUIR CERTIFICADO DA ANVISA.	UNIDADE	100,0000	15,9900	1.599,00
53	CONJUNTO DE TALHERES - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS - CONTENDO 24 PEÇAS CONFECCIONADOS EM LÂMINAS AÇO INOX E CABO EM PLÁSTICO POLIPROPILENO, CONTENDO: 6 FACAS CERRILHADAS; 6 COLHERES PARA CHÁ; 6 GARFOS DE MESA; 6 COLHERES DE MESA. DEVERÁ POSSUIR CERTIFICADO DO INMETRO.	CONJUNTO	30,0000	42,9000	1.287,00
54	COPO DE VIDRO 300 ML, JOGO COM 06 UNIDADES. MEDIDAS APROXIMADAS DO COPO: 8CM X 8CM X 12CM. VIDRO CRISTALINO OU VIDRO BOROSSILICATO, VAI AO MICRO-ONDAS E RESISTENTE A ALTAS TEMPERATURAS E AO CHOQUE TÉRMICO. FABRICADA COM TOTAL CONFORMIDADE COM A NORMA BRASILEIRA DE SEGURANÇA NBR 16319/2014.	JOGO	100,0000	11,9900	1.199,00
55	COPO PLÁSTICO DE TRANSIÇÃO, CAPACIDADE PARA 160ML, COM BICO EM SILICONE, TAMPA PROTETORA E ALÇAS, SISTEMA ANTIVAZAMENTO, MATERIAL LIVRE DE BPA.	UNI	500,0000	12,9900	6.495,00
56	COPO TÉRMICO EM ISOPOR, DESCARTÁVEL, PRODUTO ATÓXICO E 100% RECICLÁVEL, COMPOSIÇÃO EM EPS (POLIESTIRENO EXPANDIDO), MEDINDO 6,5CM DE ALTURA POR 6,5CM DE DIÂMETRO E CAPACIDADE DE 120ML, NA COR BRANCA, EMBALAGEM CONTENDO 25 UN.	UNIDADE	500,0000	7,2800	3.640,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

57	CORDA DE NYLON PARA VARAL N 10, PEÇA COM NO MÍNIMO 10 MT, EMBALADA INDIVIDUALMENTE E COM INFORMAÇÕES DO FABRICANTE.	UNI	500,0000	2,9900	1.495,00
58	CORDA PARA PULAR INFANTIL COM CABOESPECIFICAÇÕES MINIMAS EXIGIDAS: CORDA INDIVIDUAL DE PULAR INFANTIL, MATERIAL SISAL, CABO DE MADEIRA ANATÔMICO, MEDIDA DE MÍNIMO 2,10 METROS. CORDA TRANÇADA EM SISAL, COR NATURAL. ESPESSURA MÍNIMA DE 6MM.	UNIDADE	120,0000	8,7800	1.053,60
59	DESCANSO DE PANELA QUADRADO - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS - CONFECCIONADO EM BAMBU, MEDINDO 17CM X 17CM.	UNIDADE	120,0000	9,9000	1.188,00
60	DESCASCADOR/RALADOR DE COZINHA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 18CM DE COMPRIMENTO POR 6CM DE LARGURA, COM DUAS LÂMINAS, UMA DENTADA E OUTRA RETA, CORPO E LÂMINAS EM AÇO INOXIDÁVEL, CABO ERGOMETRICO.	UNIDADE	200,0000	7,9900	1.598,00
61	DISPENSER PAPEL TOALHA,TOALHEIRO PARA PAPEL PADRONIZADA DISPENSER PAPEL TOALHA,TOALHEIRO PARA PAPEL INTERFOLHAS,QUE PROPORCIONE UMA FOLHA POR VEZ E SÃO RETIRADAS CONFORME A NECESSIDADE.SÃO EXTREMAMENTE PRÁTICOS E OFERECEM UM EXCELENTE CUSTO-BENEFÍCIO AO CONSUMIDOR.ATENDEM MUITO BEM A NECESSIDADE DE COZINHAS E BANHEIROS,COMPOSIÇÃO;POLIPROPILENO ACESSÓRIOS;ACOMPANHA CHAVE DE DESTRAVAMENTO,TRAVA.PARAFUSOS E BUCHAS,REFIL COMPATIVEL;PAPEL TOALHA INTERFOLHADO;PESO DE 0,430KG A 0,525KG;MEDIDAS(CXAXL) 11CM X 30,5 CM X 25CM	UNIDADE	100,0000	37,5500	3.755,00
62	EMBALAGEM PLÁSTICA PICOTADA, CAPACIDADE MÍNIMA 3 KG, ESPECIAL PARA CONGELAR E CONSERVAR ALIMENTOS EM GELADEIRAS, FREEZER E MICRO-ONDAS, ROLO COM NO MÍNIMO 100 UNIDADES, TRANSPARENTE, DESTACÁVEL, INODORO E ATÓXICO. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DA ANVISA.	ROLO	1.700,0000	3,9900	6.783,00
63	EMBALAGEM PLÁSTICA PICOTADA COM CAPACIDADE PARA 10 LT. EMBALAGEM PLÁSTICA PICOTADA, MEDIDAS MÍNIMAS 40CM X 50CM, ROLO COM NO MÍNIMO 500 UNIDADES. DEVE SER TRANSPARENTE, DESTACÁVEL, INODORO E ATÓXICO. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DA ANVISA.	ROLO	30,0000	67,2500	2.017,50
64	EMBALAGEM PLÁSTICA PICOTADA COM CAPACIDADE PARA 5 KG, ESPECIAL PARA CONGELAR E CONSERVAR ALIMENTOS EM GELADEIRAS E FREEZER, ROLO COM NO MÍNIMO 100 UNIDADES. DEVE SER TRANSPARENTE, DESTACÁVEL, INODORO E ATÓXICO. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DA ANVISA.	ROLO	1.000,0000	6,9900	6.990,00
65	ESCADA DE 6 DEGRAUS, ESTRUTURA EM TUBO RETANGULAR E CHAPAS DE ALUMÍNIO (PADRONIZADA), PEÇAS PLÁSTICAS DE PROLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA, DOBRÁVEL. MEDIDAS MÍNIMAS: 85 CM DE COMPRIMENTO X 45 CM DE LARGURA X 175 CM DE ALTURA.	UNIDADE	50,0000	198,0000	9.900,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

66	ESCADA MULTIFUNÇÕES, TRÊS DEGRAUS, COM ALÇAS PARA SEGURANÇA, CAPACIDADE PARA 120KG, COMPOSIÇÃO EM ALUMÍNIO E POLIPROPILENO, PÉS E DEGRAUS ANTIDERRAPANTES, MEDINDO 1,10CM DE ALTURA, 38CM DE LARGURA E 56CM DE COMPRIMENTO, COM TRAVA AUTOMÁTICA NA PLATAFORMA SUPERIOR, DOBRÁVEL, REGISTRO CERTIFICADO PELO INMETRO.	UNIDADE	5,0000	165,8000	829,00
67	ESCORREDOR DE MACARRÃO EM ALUMÍNIO POLIDO 9LT PADRONIZADA GRANDE, INDUSTRIAL HOTEL. MEDIDAS APROXIMADAS: DIÂMETRO DE 35CM, ALTURA DE 20CM E APROXIMADAMENTE 9 LITROS. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DO INMETRO.	UNIDADE	60,0000	34,9900	2.099,40
68	ESCOVA DENTAL INFANTIL, ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ANATÔMICA, EM POLIPROPILENO TERMOPLÁSTICO E ELASTÔMERO, COM CERDAS EXTRAS MACIAS ARREDONDADAS, PONTAS POLIDAS, POSSUI HIGIENIZADOR DE LINGUÁ E PROTETOR DE CERDAS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 14,5 CM DE COMPRIMENTO, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE COM CAPA PROTETORA TRANSPARENTE PARA VER O PRODUTO E PAPEL FIRME PARA DEIXAR O PRODUTO SEGURO, PRODUTO COM SELO DA ABO E ANVISA.	UNIDADE	5.000,0000	3,5000	17.500,00
69	ESCOVA SANITARIA, COM SUPORTE, COMPOSIÇÃO: POLIETILENO TEREFTALATO, POLIPROPILENO, POLIETILENO E PIGMENTOS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 34CM DE ALTURA, 14,8CM DE LARGURA E 13CM DE PROFUNDIDADE, CERDAS SINTÉTICAS COM GIRO EM 360º E 65 TUFOS, NA COR BRANCA.	UNIDADE	500,0000	7,5000	3.750,00
70	ESCUMADEIRA, EM AÇO INOX, LIVRE DE BPA NÃO LIBERANDO SUBSTÂNCIAS TÓXICAS NA COMIDA. MEDINDO APROXIMADAMENTE 35 CM DE COMPRIMENTO X 3 CM LARGURA X 10 CM DIÂMETRO.	UNI	80,0000	15,9900	1.279,20
71	ESPONJA DE NYLON DUPLA FACE, EM ESPUMA DE POLIURETANO, DE UM LADO MACIA E DO OUTRO COMPOSTO POR FIBRAS ABRASIVAS, DIMENSÕES MÍNIMAS: 100 MM X 75MM X 20 MM. RESISTÊNTE E DURÁVEL.	UNI	5.000,0000	1,5000	7.500,00
72	ESTEIRA DE BAMBU NATURAL, COR CRU, MEDINDO 30CM DE COMPRIMENTO E 20CM LARGURA.	UNI	150,0000	15,9000	2.385,00
73	FACA DE CORTE, COZINHA, Nº6, MEDINDO APROXIMADAMENTE 30CM DE COMPRIMENTO, 2,5CM DE LARGURA E 2,5MM DE ESPESSURA, COMPOSIÇÃO: LAMINA EM AÇO INOXIDAVEL, CABO COM FORMATO ANATÔMICO E ERGONÔMICO, TEXTURIZADO EM POLIPROPILEN, ISENTO DE FRESTAS, COM CERTIFICADO DA NSF, NA COR BRANCA, PRODUTO EMBALADO.	UNIDADE	200,0000	16,0000	3.200,00
74	FACA DE MESA 19CM SERRILHADA PADRONIZADA, ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: COMPRIMENTO 19CM, LARGURA 1,5CM CABO E 1,8 LÂMINA SERRILHADA, PESO 23GR, MATERIAL AÇO INOX. PRODUTO DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ANVISA. PRODUTO JÁ CADASTRADO 107719 - ATUALIZAR	UNI	500,0000	3,3300	1.665,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

75	FACA PARA USO NA COZINHA, PREPARO DE CORTE EM LEGUMES E FRUTAS, N°4, COMPOSIÇÃO: LAMINA MEDINDO APROXIMADAMENTE 9,4CM EM AÇO INOXIDAVEL, CABO ANATOMICO, TEXTURIZADO EM POLIPROPÍLENO, ISENTO DE FRESTAS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 20,7 CM DE COMPRIMENTO, NA COR BRANCA, COM CERTIFICADO DA NSF, PRODUTO EMBALADO.	UNIDADE	200,0000	9,5700	1.914,00
76	FOSFORO PALITO LONGO, MÍNIMO DE 5CM CADA PALITO, CAIXA COM 240 PALITOS, CERTIFICADO PELO INMETRO.	CAIXA	2.000,0000	5,9000	11.800,00
77	FRIGIDEIRA FUNDA, COMPOSIÇÃO: CORPO EM ALUMÍNIO REVESTIMENTO EXTERNO E INTERNO ANTIADERENTE, CABO DE BAQUELITE ANTITÉRMICO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 423MM DE COMPRIMENTO, 244MM DE LARGURA E 86MM DE ALTURA COM ESPESSURA DE 1,8MM, DIAMETRO DE 24CM E CAPACIDADE PARA 2,2 LTRS, POSSUIR CERTIFICADO DO INMETRO.	UNIDADE	100,0000	99,9000	9.990,00
78	FRONHA FEITA EM MALHA 100% ALGODÃO 40X30 PADRONIZADA FRONHA FEITA EM MALHA 100% ALGODÃO, DIMENSÕES MÍNIMAS 40 X 30 CM, PADRONAGEM INFANTIL DE ESTAMPA.	UNIDADE	2.000,0000	14,8500	29.700,00
79	GARFO DE MESA AÇO INOX 18CM GARFO DE MESA COMPRIMENTO APROXIMADO (CM); 18 LARGURA; 1,5 CABO E 2 PONTA, PESO 20 GR, MATERIAL AÇO INOX.	UNIDADE	1.000,0000	3,9900	3.990,00
80	GARFO DE SOBREMESA DESCARTÁVEL EM PLÁSTICO RESISTENTE, PACOTE COM NO MÍNIMO 50 UNIDADES. CORES VARIADAS DE ACORDO COM O PEDIDO.	PACOTE	2.000,0000	4,8000	9.600,00
81	GARRAFA TÉRMICA COM CORPO EXTERNO EM AÇO INOXIDÁVEL COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CAPACIDADE DE 1,0 LITROS COM ISOLAMENTO TÉRMICO E AMPOLA DE VIDRO, CONSERVAÇÃO TÉRMICA QUENTE DE NO MÍNIMO 8 HORAS E CONSERVAÇÃO TÉRMICA (FRIO) DE ATÉ 15 HORAS COM GELO, COM SISTEMA DE SERVIR POR PRESSÃO. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DO INMETRO.	UNIDADE	40,0000	58,9000	2.356,00
82	GARRAFA TÉRMICA COM CORPO EXTERNO EM AÇO INOXIDÁVEL COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CAPACIDADE DE 1,8 LITROS COM ISOLAMENTO TÉRMICO E AMPOLA DE VIDRO, CONSERVAÇÃO TÉRMICA QUENTE DE NO MÍNIMO 8 HORAS E CONSERVAÇÃO TÉRMICA (FRIO) DE ATÉ 15 HORAS COM GELO, COM SISTEMA DE SERVIR POR PRESSÃO. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DO INMETRO.	UNI	100,0000	75,0000	7.500,00
83	GUARDANAPO MEDINDO NO MÍNIMO 30X30, GRAMATURA 100, PACOTE COM NO MÍNIMO 50 UNIDADES, NA COR BRANCA, MACIO.	PACOTE	2.000,0000	4,9900	9.980,00
84	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% SOLUÇÃO DE MILTON, EMBALAGEM CONTENDO 1 LITRO . A EMBALAGEM EXTERNA DEVE CONTER O NOME DO FABRICANTE, INFORMAÇÕES SOBRE O PRODUTO, N° DO LOTE, REGISTRO NA ANVISA E VALIDADE DE 02 ANOS A PARTIR DA DATA DA ENTREGA	UNIDADE	2.400,0000	8,5100	20.424,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

85	JALECO BRANCO, MANGA CURTA, SEM GOLA, COM 3 BOLSOS (1 SUPERIOR E 2 INFERIORES), 4 A 5 BOTÕES, TECIDO 100% POLIÉSTER (OXFORD), IDEAL PARA JALECOS. TECIDO FINO DE ÓTIMA DURABILIDADE, FÁCIL LAVAGEM E SECAGEM. TAMANHOS = P, M, G, GG, XG E XXG	UNIDADE	200,0000	43,0000	8.600,00
86	JARRA PLÁSTICA 02 LT COM TAMPA PADRONIZADA JARRA PLÁSTICA 02 LITROS COM TAMPA. MEDIDAS APROXIMADAS MÍNIMAS: 20 CM ALTURA, 15 CM DIÂMETRO	UNIDADE	150,0000	16,0000	2.400,00
87	JOGO DE MANTIMENTOS EM PLÁSTICO POLIPROPILENO PADRONIZDA JOGO DE MANTIMENTOS, EM PLÁSTICO POLIPROPILENO, MATERIAL ATÓXICO, COM 5 PEÇAS, MEDIDAS MÍNIMAS DOS POTES (7 LITROS, 4 LITROS, 3,5 LITROS, 1,5 LITROS, 1 LITRO)	JOGO	200,0000	35,0000	7.000,00
88	KIT 4 ARGOLAS DE MADEIRA - 7CM DE DIÂMETRO;	UNI	120,0000	4,8000	576,00
89	KIT 4 MEDIDOR DE INOX PARA XÍCARAS, MEDIDAS MÍNIMAS 80ML E MÁXIMA 240ML.	UNI	170,0000	25,9000	4.403,00
90	KIT AMARRADOR DE CABELO, MATERIAL EM POLIÉSTER, MEDINDO APROXIMADAMENTE 3CM DE DIÂMETRO E ESPESSURA DE 6MM, PRODUTO EMBALADO CONTENDO 6 UN EM CADA PACOTE, ELÁSTICO LISO E COLORIDO.	UNIDADE	1.000,0000	5,7500	5.750,00
91	KIT LUVA E PEGADOR DE PANO; EM TECIDO 100% ALGODÃO, LUVA MEDINDO 4X15X18CM, PEGADOR MEDINDO 15X15CM.	UNI	120,0000	24,0000	2.880,00
92	KIT TINTAS EPSON Nº544 KIT TINTAS EPSON Nº 544 ORIGINAIS CONTENDO AS SEGUINTES CORES:PRETO, CIANO, MAGENTA E AMARELO, REFIL COM NO MÍNIMO 65ML CADA.	KIT	150,0000	83,9000	12.585,00
93	LEITEIRA OU CANECA DE ALUMÍNIO, CAPACIDADE MÍNIMA DE 2 LITROS, CABO DE BAQUILETE. MEDIDAS MÍNIMAS, ALTURA 14 CM, DIÂMETRO 14,5 CM. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DO INMETRO.	UNI	80,0000	17,9900	1.439,20
94	LENÇOL INFANTIL 1,00M X 1,60M, COM ELÁSTICO AMERICANO FEITO EM MALHA, FIO 30, MEDIDAS 1,00M X 1,60M. PRODUTO JÁ CADASTRADO 123678 - ATUALIZAR	UNI	2.000,0000	14,9000	29.800,00
95	LIXEIRA COM PEDAL E TAMPA 15 LITROS, EM POLIPROPILENO (PP); LIVRE DE BISFENOL- A (BPA) A HASTE DEVERÁ SER LOCALIZADA NA PARTE DE FORA DA LIXEIRA, COR BRANCA.	UNIDADE	100,0000	37,0000	3.700,00
96	LIXEIRA PLÁSTICA 50 LTRS, LIXEIRA RETANGULAR COM PEDAL, ARTICULAÇÃO COM ARMAÇÃO, DOBRADIÇA INTERNA QUE IMPEÇA A TAMPA DE CAIR NA TROCA DO LIXO, COMPOSIÇÃO: POLIPROPILENO, MEDINDO 440MM DE COMPRIMENTO, 330MM DE LARGURA E 720MM DE ALTURA, NA COR BRANCA.	UNIDADE	60,0000	89,9900	5.399,40
97	LUPA COLORIDA JUMBO DE VIDROLUPA COLORIDA JUMBO DE VIDRO COM BASE PLÁSTICA PARA CRIANÇAS, AUMENTO 4,5X (EXTRAGRANDE, DIMENSIONADAS PARA MÃOS PEQUENAS), CORES DIVERSAS	UNIDADE	200,0000	89,7000	17.940,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

98	LUVA DE SEGURANÇA DE ALTA TEMPERATURA, TÉRMICA, CONFECCIONA EM TECIDO ANTICHAMAS, COM TRATAMENTO EM SILICONE, DUAS CAMADAS DE FORRAÇÃO, SENDO A PRIMEIRA EM NÃO TECIDO DE FIBRA DE POLIÉSTER E A SEGUNDA EM TECIDO DE ALGODÃO, COM TRATAMENTO EXTERNO IMPERMEABILIZANTE EM SILICONE, LAVÁVEL, COSTURADA, MODELO CINCO DEDOS, TAMANHO CONFORME SOLICITADO NO PEDIDO. DEVE APRESENTAR NÚMERO DE CA VALIDO (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO MT)	UNI	1.800,0000	165,9900	298.782,00
99	LUVA DE SEGURANÇA DE ALTA TEMPERATURA, TÉRMICA, CONFECCIONA EM TECIDO ANTICHAMAS, COM TRATAMENTO EM SILICONE, DUAS CAMADAS DE FORRAÇÃO, SENDO A PRIMEIRA EM NÃO TECIDO DE FIBRA DE POLIÉSTER E A SEGUNDA EM TECIDO DE ALGODÃO, COM TRATAMENTO EXTERNO IMPERMEABILIZANTE EM SILICONE, LAVÁVEL, COSTURADA, MODELO CINCO DEDOS, TAMANHO CONFORME SOLICITADO NO PEDIDO. DEVE APRESENTAR NÚMERO DE CA VALIDO (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO MT)	UNI	600,0000	165,9900	99.594,00
100	LUVAS PLÁSTICAS TRANSPARENTE, FABRICADA EM PLÁSTICO POLIETILENO, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 100 UNIDADES, SEM AMIDO, CONFECCIONADA COM RESINA DE POLIETILENO DE PRIMEIRO USO (NÃO RECICLADO), ATÓXICO, PRODUTOS COM GRAU ALIMENTÍCIO, ISENTO DE COMPONENTES METÁLICOS.	PACOTE	800,0000	3,8000	3.040,00
101	MAMADEIRA CAPACIDADE 240 ML, FORMATO ANATÔMICO PADRONIZADA MAMADEIRA CAPACIDADE 240 ML, FORMATO ANATÔMICO, FABRICADA COM TOTAL CONFORMIDADE COM A NORMA BRASILEIRA DE SEGURANÇA NBR 13793 E APROVADO PELO INMETRO, DEVE CONSTAR NA EMBALAGEM.	UNIDADE	1.500,0000	6,9900	10.485,00
102	MANCEBO: SUPORTE GRANDE EM ALUMINIO POLIDO PARA COADOR DE CAFÉ, EM FORMATO DE TRIPÉ, MEDINDO APROXIMADAMENTE: 48CM DE ALTURA POR14CM DE DIAMETRO PARA O SUPORTE DO COADOR, IDEAL PARA BULES DE ATÉ 7 LTRS, TORNANDO O PREPARO DO CAFÉ MAIS PRÁTICO E SEGURO.	UNIDADE	50,0000	89,6700	4.483,50
103	MARTELO CULINÁRIO EM MADEIRA MEDINDO 28CM;	UNI	120,0000	4,3800	525,60
104	MÁSCARA DESCARTÁVEL, COMPOSIÇÃO EM TNT, 100% POLIPROPILENO, CONFECCIONADA COM DUAS CAMADAS EXTERNAS DE TECIDO NÃO TECIDO E UMA CAMADA DE FILTRO DE RETENÇÃO BACTERIANA, ATÓXICA, NÃO INFLAMÁVEL, NÃO ESTÉRIL, ISENTA DE FIBRA DE VIDRO COM APOIO NASAL EM METAL GALVANIZADO REVESTIDO EM PLÁSTICO, ELÁSTICO PARA AJUSTE, CAIXA COM 100 UN..DEVE APRESENTAR NÚMERO DE CA VALIDO (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO MT)	UNI	1.000,0000	12,3700	12.370,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 | www.ararangua.sc.gov.br

105	MOP GIRATÓRIO CENTRIFUGA, CAPACIDADE PARA 16 LTRS, BALDE CENTRIFUGA EM AÇO INOXIDAVEL EM POLIPROPILENO COM RODINHAS GIRATORIAS, CABO LONGO EM ALUMINIO REGULAVEL MEDINDO 1,60MTRS, MICROFIBRA COM CABEÇA GIRATORIA, ALÇAS REFORÇADAS PARA TRANSPORTE, DIMENSÃO APROXIMADA DO BALDE; 40CM DE ALTURA POR 45CM DE COMPRIMENTO E 30CM DE LARGURA, COM PEÇAS QUE POSSAM SER FORNECIDAS SEPARADAMENTE.	UNIDADE	50,0000	59,9900	2.999,50
106	ORGANIZADOR PLÁSTICO, TRANSPARENTE PADRONIZADA ORGANIZADOR PLÁSTICO, TRANSPARENTE, MATERIAL RESISTENTE COM TAMPA, CAPACIDADE 27 LITROS, MEDIDAS MÍNIMAS APROXIMADAS: 48 CM DE COMPRIMENTO, 33 CM DE ALTURA E 25 DE LARGURA	UNIDADE	200,0000	52,8600	10.572,00
107	PANELA DE ALUMÍNIO INDUSTRIAL, 06 LITROS, MEDIDAS MÍNIMAS: 13CM ALTURA X 24CM DIÂMETRO. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DO INMETRO.	UNI	80,0000	58,5400	4.683,20
108	PANELA DE ALUMÍNIO TIPO CALDEIRÃO, BAIXA, 10 LT. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DO INMETRO.	UNI	60,0000	98,9000	5.934,00
109	PANELA DE MERENDA ESCOLAR MÉDIA, BAIXA, N.º 28, CAPACIDADE DE 18 LITROS, COM TAMPA, EM ALUMÍNIO. MEDIDAS MÍNIMAS: 28 CM DE DIÂMETRO X 10,5 CM ALTURA. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DO INMETRO.	UNI	50,0000	76,6100	3.830,50
110	PANELA DE PRESSÃO DE 07 LITROS COM FECHAMENTO EXTERNO, FABRICADA EM ALUMÍNIO, COM VÁLVULA LIMPA FÁCIL, FÁCIL DE REMOVER E LAVAR, COM TECNOLOGIA TURBO; COM MOLA E JANELA DE SEGURANÇA, SISTEMA DE SEGURANÇA ADICIONAL ÀS VÁLVULAS TRADICIONAIS, CABO E ASA DE BAQUELITE, VÁLVULA CONTROLADORA DE PRESSÃO E BORRACHA DE VEDAÇÃO. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DO INMETRO.	UNI	60,0000	164,9000	9.894,00
111	PANELA DE PRESSÃO DE 10 LITROS COM FECHAMENTO EXTERNO, FABRICADA EM ALUMÍNIO, COM VÁLVULA LIMPA FÁCIL, FÁCIL DE REMOVER E LAVAR, COM TECNOLOGIA TURBO; COM MOLA E JANELA DE SEGURANÇA, SISTEMA DE SEGURANÇA ADICIONAL ÀS VÁLVULAS TRADICIONAIS, CABO E ASA DE BAQUELITE, VÁLVULA CONTROLADORA DE PRESSÃO E BORRACHA DE VEDAÇÃO. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DO INMETRO.	UNI	60,0000	218,0000	13.080,00
112	PANELA GRANDE INDUSTRIAL DE ALUMÍNIO, BAIXA, Nº 30, CAPACIDADE DE 20 LT . MEDIDAS MÍNIMAS: 18 CM ALTURA X 36CM DE LARGURA, ESPESSURA 3 MM, COM TAMPA. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DO INMETRO.	UNI	60,0000	61,0000	3.660,00
113	PAPEL ALUMÍNIO, ROLO COM NO MÍNIMO 30 CM X 4 MT. COM APROVAÇÃO DA ANVISA	ROLO	200,0000	4,8000	960,00
114	PAPEL FILME PVC TRANSPARENTE; 28CM X 300 M. DEVERÁ TER APROVAÇÃO DA ANVISA.	ROLO	300,0000	5,9900	1.797,00
115	PEGADOR DE GELO SEM DENTES EM AÇO INOX, MEDINDO APROXIMADAMENTE 16 CM DE COMPRIMENTO X 2,5 CM DE ALTURA X 2,5 X DE LARGURA.	UNI	150,0000	9,9000	1.485,00
116	PEGADOR DE MASSA EM AÇO INOX, MEDIDAS APROXIMADAS: 33 CM DE COMPRIMENTO X 5 CM X 6 CM LARGURA POSSUINDO NO MÍNIMO 12 DENTES.	UNI	100,0000	16,5000	1.650,00
117	PEGADOR DE MEL EM MADEIRA MEDINDO 15CM;	UNI	120,0000	6,9900	838,80

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

118	PEGADOR DE SALADAS EM AÇO INOX , MEDINDO APROXIMADAMENTE 28 CM DE COMPRIMENTO X 6 CM X 5 CM LARGURA.	UNI	80,0000	12,9000	1.032,00
119	PENTE PARA CABELO, CABO LONGO PADRONIZADA, BOA QUALIDADE, PARA USO DIÁRIO, DIMENSÕES MÍNIMAS 22CM X 5CM. CORES VARIADAS. PRODUTO JÁ CADASTRADO 106465 - ATUALIZAR	UNI	300,0000	1,8800	564,00
120	PENTE PARA CABELO DE MADEIRA, BOA QUALIDADE, DIMENSÕES MÍNIMAS 18CM X 5CM	UNI	120,0000	17,4900	2.098,80
121	PERFEX EM ROLO, COM 25 MT COM 50 PANOS (PADRONIZADO), MEDIDAS DO PANO: LARGURA 30 CM, COMPRIMENTO 50 CM, MEDIDA BOBINA, ALTURA 30 CM, COMPRIMENTO 25 MT, QUANTIDADE 50 PANOS CADA BOBINA COM PICOTE A CADA 50 CM	BOBINA	500,0000	14,9500	7.475,00
122	PICADOR DE LEGUMES MANUAL PICADOR DE LEGUMES MANUAL, IDEAL PARA PREPAROS DE BATATAS PALITO, SALADAS COLORIDAS, SALADS DE FRURAS, VINAGRETE E CORTE DE LEGUMES, MATERIAL: CORPO ALUMÍNIO FUNDIDO, PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, FACAS EM AÇO INOX 10 MM	UNIDADE	100,0000	69,0000	6.900,00
123	PILÃO EM MADEIRA COM BASTÃO MEDINDO 11CM DE COMPRIMENTO 5,5CM DE DIÂMETRO	UNI	120,0000	16,9900	2.038,80
124	PORTA PRATO BAMBU ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS - CONFECCIONADO EM BAMBU, MEDINDO 27CMX12CMX9CM CXAXL	UNI	120,0000	17,9900	2.158,80
125	POTE MANTIMENTOS 6 LITROS COM TAMPA PADRONIZADA POTE MANTIMENTOS 6 LITROS COM TAMPA, DEVE SER ATÓXICO. MEDIDAS APROXIMADAS MÍNIMAS: ALTURA 19 CM E 22 CM DE LARGURA	UNIDADE	100,0000	14,8300	1.483,00
126	POTE PLÁSTICO HERMÉTICO - CONFECCIONADO EM ACRÍLICO TRANSPARENTE, COM TAMPA EM VEDAÇÃO, EM POLIETILENO TEREFTALADO, DEVE CONTER 2 TRAVAS PARA GARANTIR QUE NÃO ENTRE AR E QUE NÃO VAZE LÍQUIDOS, CAPACIDADE 2.3L, MEDINDO APROXIMADAMENTE 12,3CM X 22,8CM.	UNIDADE	30,0000	17,5000	525,00
127	POTE PLÁSTICO HERMÉTICO - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS - CONFECCIONADO EM ACRÍLICO, TAMPA COM TRAVA, DEVE CONTER 2 TRAVAS PARA GARANTIR QUE NÃO ENTRE AR E QUE NÃO VAZE LÍQUIDOS, CAPACIDADE APROXIMADA 3L, MEDINDO 30,5CM DE ALTURA X 12,8CM DE LARGURA, PRODUTO LIVRE DE BPA.	UNIDADE	30,0000	23,5000	705,00
128	POTE PLÁSTICO PARA ALIMENTOS, RETANGULAR, COM DIVISORIA E TRAVA NAS TAMPAS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 21,5CM POR 15,7CM, CAPACIDADE APROXIMADA PARA 800ML, MATERIAL ATOXICO E ISENTO DE BPA	UNI	100,0000	9,9900	999,00
129	POTE PLÁSTICO POLIPROPILENO, ATÓXICO 7LT COM TAMPA PADRONIZADA, ATÓXICO PARA FREEZER E MICRO-ONDAS, CAPACIDADE 7 LITROS COM TAMPA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 19 CM DE ALTURA X 19 CM DIÂMETRO. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DO INMETRO.	UNI	100,0000	23,9900	2.399,00
130	POTE PLÁSTICO POLIPROPILENO COM TAMPA 8LT(PADRONIZADO), CAPACIDADE 8 LITROS COM APROXIMADAMENTE 22 CM DE COMPRIMENTO, 21 CM DE LARGURA E 25,8 CM DE ALTURA DEVE POSSUIR CERTIFICADO DO INMETRO.	UNI	100,0000	19,9900	1.999,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b891

131	POTE PLÁSTICO POLIPROPILENO, QUADRADO, COM TAMPA 5 LT PADRONIZADA POTE PLÁSTICO ATÓXICO QUADRADO ALTO COM TAMPA, CAPACIDADE 5 LITROS COM 35CM DE COMPRIMENTO, 10CM DE ALTURA E 20CM DE LARGURA DEVE POSSUIR CERTIFICADO DO INMETRO.	UNI	100,0000	17,9900	1.799,00
132	PRATO DESCARTÁVEL PARA FESTA, DE PAPELÃO, MEDINDO NO MÍNIMO 30 CM DE DIÂMETRO, LAMINADO, PACOTE COM NO MÍNIMO 10 UNIDADES. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DO INMETRO.	PACOTE	300,0000	13,5000	4.050,00
133	PRATO FUNDO DE VIDRO TEMPERADO, PODE SER LEVADO AO MICRO-ONDAS E A GELADEIRA. MEDIDAS MÍNIMAS: 22CM DIÂMETRO X 3CM DE ALTURA.	UNI	2.000,0000	6,9000	13.800,00
134	PRATO MELANINA COM DIVISÓRIA PARA ALIMENTAÇÃO: PADRONIZADA COMPOSIÇÃO MELANINA COM DIVISÓRIA PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, MEDIDA NO MÍNIMO 25 DE DIÂMETRO. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DO INMETRO	UNI	300,0000	29,8000	8.940,00
135	PRATO PARA TORTA DESCARTÁVEL, COM 15CM, PACOTE COM NO MÍNIMO 10 UNIDADES, CORES VARIADAS CONFORME PEDIDO. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DO INMETRO.	PACOTE	6.000,0000	1,9900	11.940,00
136	RALADOR DE LEGUMES MANUAL, CONTENDO 4 FACES COM DIFERENTES TIPOS DE LÂMINAS. COMPOSIÇÃO: AÇO INOX, COM ALÇA EM POLIPROPILENO. MEDIDAS MÍNIMAS: 25 X 11CM. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DO INMETRO.	UNI	80,0000	32,0000	2.560,00
137	RAQUETE SONORA MEDINDO APROXIMADAMENTE 10X21CM. CONFECCIONADO EM MADEIRA E M.D.F. NAS LATERIAS BOLINHAS DE MADEIRA PRESAS POR CORDÃO DE NYLON (UMA EM CADA LADO DA RAQUETE) CABO DE MADEIRA CRU.	UNI	120,0000	31,5400	3.784,80
138	REFIL PARA MOP GIRATORIO, COMPOSIÇÃO: 100% EM MICROFIBRA LAVAVEL, MEDIDAS DO DIAMETRO DE ENCAIXE 16CM, NA COR BRANCA.	UNIDADE	100,0000	9,9900	999,00
139	RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR TIPO PEÇA SEMIFACIAL PARA PARTÍCULAS, EM FORMATO DOBRÁVEL, COM VÁLVULA DE EXALAÇÃO, POSSUIR NÍVEL DE PROTEÇÃO PFF2, COM ELÁSTICO E CLIPE NASAL ACOPLADO, COMPOSIÇÃO: CAMADA EXTERNA EM FIBRA SINTÉTICA DE POLIPROPILENO, CAMADA DO MEIO EM FIBRA SINTÉTICA ESTRUTURAL, CAMADA FILTRANTE DE FIBRA SINTÉTICA COM TRATAMENTO ELETROSTÁTICO E CAMADA INTERNA DE FIBRA SINTÉTICA DE CONTATO FACIAL, COM TIRANTES DE ELÁSTICO PARA SUSTENTAÇÃO DA PEÇA, APRESENTAR SELO DE MARCAÇÃO DO INMETRO, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE. DEVE APRESENTAR NÚMERO DE CA VALIDO (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO MT)	UNI	20.000,0000	1,6000	32.000,00
140	SABÃO PARA LAVA LOUÇAS - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS - COMPOSIÇÃO: TENSOATIVOS NÃO IÔNICOS, SEQUESTRANTES, ENZIMAS, AGENTE OXIDANTE - PERCARBONATO DE SÓDIO, AGENTES ALCALINIZANTES - CARBONATO DE SÓDIO), AROMA NEUTRO, COM ESPUMA CONTROLADA, NÃO DEVE MANCHAR OU DANIFICAR A LOUÇA E DEIXAR RESÍDUOS, USO EXCLUSIVO EM MÁQUINAS LAVA-LOUÇAS. DEVE POSSUIR FÓRMULA BIODEGRÁDAVEL, EMBALAGEM COM 1KG.	UNIDADE	1.500,0000	14,4500	21.675,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

141	SABONETEIRA DE PRESSÃO PLÁSTICA PADRONIZADA - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS - CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO, DEVE POSSUIR VISOR TRANSPARENTE, COM CAPACIDADE DE 800 ML.	UNIDADE	100,0000	9,9900	999,00
142	SACO PARA CACHORRO QUENTE: SACO PARA ACONDICIONAMENTO DE SANDUICHE, CONSTITUIDO DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) VIRGEM, MEDIDAS 20CMX100CM, COM 100 UNIDADES POR PACOTE.	PACOTE	1.000,0000	7,4500	7.450,00
143	SHAMPOO PARA USO INFANTIL COM NO MINIMO 350 ML, ANTILAGRIMAS (NÃO IRRITAR OS OLHOS) DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, HIPOALERGENICO, LIVRE DE CORANTES E PARABENOS E PH FISIOLOGICO. CERTIFICADO PELA ANVISA.	UNIDADE	800,0000	14,5700	11.656,00
144	TALCO INFANTIL, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 200 GRAMAS, PERFUMADO. DEVE POSSUIR CERTIFICADO PELA ANVISA.	UNI	800,0000	17,2500	13.800,00
145	TAPETE ARTESANAL 70X40 PADRONIZADA TAPETE ARTESANAL 70X40	UNIDADE	500,0000	15,2000	7.600,00
146	TAPETE ARTESANAL MESCLADO PADRONIZADO - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS - MEDINDO 1,80 X 2,20 METROS.	UNIDADE	350,0000	60,0000	21.000,00
147	TERMÔMETRO DIGITAL COM ESTOJO COM VISOR PADRONIZADA TERMÔMETRO DIGITAL COM ESTOJO, COM VISOR, DEVE SER APROVADO PELO INMETRO E ANVISA.DEVE TER BEEP QUANDO ESTIVER PRONTO PARA AFERIR E AO FINALIZAR A TEMPERATURA.	UNIDADE	500,0000	24,0000	12.000,00
148	TERMOMÊTRO DIGITAL ESPETO CULINARIO, FAIXA DE MEDIÇÃO -45°C +230°C, MEDINDO APROXIMADAMENTE 27CM DE COMPRIMENTO POR 3CM DE LARGURA, COM DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO E A PROVA D´AGUA, POSSUIR FUNÇÃO ONDE FIXA O VALOR APRESENTADO NO VISOR, HASTE EM AÇO INOX COM TERMINAL PONTIAGUDO MEDINDO APROXIMADAMENTE 127MM, TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO DE -10°C A +50°C, RESOLUÇÃO EM 0,1°C, FONTE DE ALIMENTAÇÃO 1,5V, VISOR EM CRISTAL LIQUIDO, FUNCÕES EM ºC E ºF, PRODUTO DEVERÁ POSSUIR CAPA PROTETORA E PILHA, COM CERTIFICADO DO INMETRO.	UNIDADE	60,0000	19,0000	1.140,00
149	TERMOMÊTRO LASER DIGITAL INFRAVERMELHO, DESTINADO PARA USO INDUSTRIAL, PRINCIPALMENTE EM FREEZER, TEMPERATURA EM -50°C, MEDINDO APROXIMADAMENTE 14,5CM DE COMPRIMENTO POR 8CM DE LARGURA, FAIXA DE TEMPERATURA -50°C A 380°C, COM MIRA LASER, INDICATIVO DE BATERIA FRACA, DESLIGAMENTO AUTOMATICO, DISTÂNCIA RAZÃO DO PONTO 12:1, SELEÇÃO EM TEMPERATURA CELSIUS/FAHRENHEIT, TEMPO DE RESPOSTA DE 500MS, FUNÇÃO ARMAZENAMENTO DE DADOS, TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO DE -20 A 60°C, PRODUTO DEVERÁ VIR EMBALADO EM CAIXA RESISTENTE E ACOMPANHADO DE PILHA, PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO.	UNIDADE	60,0000	28,5000	1.710,00
150	TIGELA BOWL, EM AÇO INOXIDÁVEL MEDINDO APROXIMADAMENTE 15CM DE DIAMETRO, 5CM DE ALTURA E CAPACIDADE PARA 400ML.	UNI	150,0000	7,9900	1.198,50
151	TINTA EPSON Nº544 BLACK ORIGINAL NA COR BLACK. REFIL COM 65ML	UNI	30,0000	4,0000	120,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

152	TOALHA DE BANHO 100% ALGODÃO. MEDIDAS MÍNIMAS: 0,70CM X 1,30 MT, GRAMATURA MÍNIMA DE 360G/M2	UNI	500,0000	33,9900	16.995,00
153	TOALHA DE LOUÇA COM BAINHA, EM ALGODÃO ALVEJADO, COM ESTAMPA DIVERSIFICADA, MEDIDAS MÍNIMAS: 60 CM COMPRIMENTO X 40CM LARGURA.	UNI	800,0000	2,5000	2.000,00
154	TOALHA DE MESA OLEADA ESTAMPADA, COM NO MÍNIMO 1,40 DE LARGURA. ESTAMPA DE COZINHA E ESCOLAR, COMPOSIÇÃO: SUPERFÍCIE 79% PVC E FORRO 21% POLIÉSTER, IMPERMEÁVEL.	UNI	800,0000	7,0000	5.600,00
155	TOALHA UMEDECIDA, EMBALAGEM COM 100 TOALHAS UMEDECIDAS, TOQUE SUPER MACIO TIPO ALGODÃO, HIPOALERGÊNICO, LIVRE DE ÁLCOOL, SEM FRAGRÂNCIA, TAMPA FLIP-TOP, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, MEDIDAS MÍNIMAS 19 CM X 13 CM. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DA ANVISA.	PACOTE	5.000,0000	12,2700	61.350,00
156	TONER COMPATÍVEL IMPRESSORA HP CF 226-A	UNIDADE	50,0000	26,9900	1.349,50
157	TRAVESSEIRO PARA CRIANÇAS PADRONIZADA, COM ENCHIMENTO DE POLIÉSTER, ANTIALÉRGICO COM MEDIDAS MÍNIMAS: 35CM DE COMPRIMENTO E 25CM DE LARGURA, DEVE SER LAVÁVEL PRODUTO CADASTRADO 135392 - ATUALIZAR	UNI	500,0000	17,8800	8.940,00
158	VARAL DE CHÃO COM ABAS, ESTRUTURA EM AÇO DE CARBONO COM ACABAMENTO EM PINTURA EPÓXI, POSSUINDO SEIS VARETAS AO CENTRO E QUATRO VARETAS EM CADA ABA, CAPACIDADE PARA 20 KG, MEDINDO APROXIMADAMENTE 90 CM DE ALTURA, 56 CM DE LARGURA E 1,55 DE CM COMPRIMENTO,	UNIDADE	100,0000	99,9000	9.990,00
159	XÍCARA PARA CAFÉ, VIDRO CRISTALINO OU VIDRO BOROSSILICATO, VAI AO MICRO-ONDAS E RESISTENTE A ALTAS TEMPERATURAS E AO CHOQUE TÉRMICO PADRONIZADA, COM PIRES, CAPACIDADE 90 ML. FABRICADA COM TOTAL CONFORMIDADE COM A NORMA BRASILEIRA DE SEGURANÇA NBR 16319/2014 PRODUTO JÁ CADASTRADO 135392 - ATUALIZAR	UNI	500,0000	3,5500	1.775,00
				Soma:	
				1.452.452,80	

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b891

Valor Máximo Admitido para o processo R$

DAS AMOSTRAS

Todos os itens serão obrigatórios amostras;

Encaminhar amostras dos itens no prazo de 15 dias corridos a contar da data da realização do pregão no seguinte endereço: Rua Dr. Virgulino de Queiroz, 200 – Centro – Araranguá – SC, Prefeitura Municipal de Araranguá Setor de Licitações;

As amostras deverão estar embaladas e identificadas com: número do pregão e data, número do item e nome da empresa;

Apresentar certificado quando exigido no descritivo do item;

Após avaliação das amostras será emitida ata de aprovação;

As amostras ficarão arquivadas para conferência dos itens a serem recebidos;

A entrega dos itens aprovados deverá ser exatamente da mesma marca aprovada na amostra, sendo no ato da entrega conferido com a amostra arquivada.

LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

Os itens referentes a este termo devem ser entregues conforme ordens de compra na Central de Educação – Rua Dr. Virgulino de Queiroz, 200 – Centro – Araranguá – SC (Anexo a Prefeitura Municipal).

Prazo máximo para entrega do objeto será de **30 (trinta) dias corridos** contados a partir do recebimento da Ordem de Compra.

Caso a contratada encontre alguma objeção para entregar algum item referente a quantidade, deverá entrar em contato com o departamento de licitações.

Entrega deverá ser realizada no local e prazo identificados acima, devidamente embalados. Não serão aceitos embalagens, amassadas, danificadas ou em desacordo com a proposta;
Caso houver divergência no item na hora da entrega, será comunicado a empresa imediatamente;

Também não serão aceitos itens avariados ou com defeitos, será comunicado imediatamente na hora do recebimento para a empresa responsável.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: 09 – Secretaria de Educação e Cultura

Unidade: 002 – Departamento de Ensino Fundamental

Ação: 2033 – Manutenção do Ensino Fundamental – Rec. Próprio

Elemento: 3339000000000000000 Aplicações Diretas

Código reduzido 79

Vínculo 150010016001

Órgão: 09 – Secretaria de Educação e Cultura

Unidade: 002 – Departamento de Ensino Fundamental

Ação: 2034 – Manut. Funcionam. Ensino Fundamental – Rec. Sal. Educação

Elemento: 3339000000000000000 Aplicações Diretas

Código reduzido 84

Vínculo 155070006036

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 I www.ararangua.sc.gov.br

Órgão: 09 – Secretaria de Educação e Cultura

Unidade: 003 – Departamento de Educação Infantil

Ação: 2037 – Manut. E Func. Das Unidades de Ensino Infantil

Elemento: 3339000000000000000 Aplicações Diretas

Código reduzido 94

Vínculo 150010016001

Para os exercícios subseqüentes serão utilizados créditos orçamentários correspondentes.

DO PAGAMENTO E NOTA FISCAL

Será encaminhado para pagamento, após o recebimento efetivo dos itens;
A Nota Fiscal deverá ser emitida com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.
A NF deverá conter dados bancários e número da ordem de compra para encaminhar para pagamento;
É de responsabilidade da empresa encaminhar NF para o e-mail: compras.sme@araranguа.sc.gov.br;

MODALIDADE DA LICITAÇÃO

Deverá ser adotada a modalidade de Pregão. No presente caso, a licitação é a opção mais indicada, tendo em conta que o objeto a ser licitado não possui natureza singular, visto que existem várias empresas que fornecem os itens descritos neste Termo de Referência. Desta forma, esse serviço é um item comum, que pode ser encontrado no mercado sem maiores dificuldades, podendo ser fornecidos por diversas pessoas jurídicas, conforme disposto pelo:

> Art. 6º, inciso XLI da Lei Federal 14.133/2021: Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço.

DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Conforme Art. 6º, inciso XLV da Lei Federal 14.133/2021, é recomendado a utilização do sistema de registro de preços para a futura aquisição de bens e serviços.

> Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: XLV - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras;

Faz-se utilizar da concepção de que o sistema de registro de preços foi considerado pelo legislador para atendimento às necessidades incertas, em que não se pode prever o momento em que surgirá determinada demanda ou quando há a impossibilidade de precisão dos quantitativos referentes a esta condição. Em vista dessas considerações, relata-se que a demanda de aquisição do objeto desta licitação para atendimento as demandas da Secretaria de Educação,

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

embora haja planejamento, é imprevisível e variável, de acordo com a **necessidade de contratações manifestadas previstas para 12 (doze) meses.**

FISCALIZAÇÃO

A gestão da Ata de Registro de Preços será realizada servidor designado pela Secretaria de Educação e Cultura a fiscalização será realizada por profissionais designados por cada solicitante,

DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As sanções deverão ser aplicadas conforme condições prevista em edital, Lei n° 14.133/2021 e também regulamento especifico do município de Araranguá.

Luana de Araújo Rodrigues Santana
Responsável pelo Almoxarifado Educação

ANEXO II.1 – ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

Arquivo em separado

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 I www.ararangua.sc.gov.br

ANEXO II – MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. XXXXXX/202x

Pregão Presencial Nº XXX/202x

Aos XXX e XXXXXXXX dias do XXXXXXXXXXX de XXXXXXXXXXX do ano de dois mil e vinte e XXXXXXXXXXXXXX o **xxxxxxxxxxx** por meio da PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ, pessoa jurídica de direito público, situado na RUA DOUTOR VIRGULINO DE QUEIROZ, 200, Centro, CENTRO, cidade de Araranguá, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. XXXXXXXXXXXXXX, abaixo assinado, nos termos da Lei n° 14.133/2021 e Regulamento Especifico, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. XX/202x, RESOLVE registrar os valores oferecidos para XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX., pelo período de XX/XX/202X a XX/XX/202X, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Eletrônico, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participante (S)	CPF/CNPJ

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, em um prazo que se estende XX/XX/202x a partir da assinatura do presente, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da XXXXXXXXXXXXXXXXX, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Item	scrição	nidade	rca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de XXXXXXXXXXXXXXXX (Por extenso).

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b891

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2. A presente Ata de Registro de terá prazo de vigência preços será 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, restaurando –se para o período de prorrogação, o quantitativo original, independentemente do que se tenha contratado pelo município no primeiro ano de vigência

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3. A presente Ata de Registro de Preços será usado pelo xxxxxxxxxxxx, que será o órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no **Pregão Presencial Nº. XXX/20x.**

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de **Pregão Eletrônico Nº. XXX/202x** e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA IV – DO PAGAMENTO

4. Em até 30 dias após o aceite definitivo da Nota Fiscal.

4.1. **Do Recurso Financeiro -** As despesas decorrentes do presente serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Dotação Orçamentária					
ação	ão	dade	o	mento	culo

CLÁUSULA V – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5. Os itens licitados deverão ser entregues dentro do mesmo período deverá estar apta a entregar o material assim que for assinado a ata de registro de preço, **independente das quantidade solicitada**.

5.1. Local de entrega: Conforme especificado em edital.

CLÁUSULA VI – DAS PENALIDADES

6. A recusa injustificada da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 I www.ararangua.sc.gov.br

6.1 Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, sofrer as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.1.1 Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2 Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores; Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1 Advertência;

6.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocada de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.5 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.6 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.7 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.8 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA VII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Reajuste

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 | www.ararangua.sc.gov.br

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais **e orçamentos de mercado, ainda valor praticado no exercício anterior.**

7.3. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados após requerimento da contratada, mediante a aplicação, pelo contratante, do(s) índice(s) **IPCA**, **ou índice que melhor couber na data aniversário, conforme acordo entre as partes** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, e deve observar a seguinte fórmula:

$$R = P_0 [(IPCA_I / IPCA_0) - 1]$$

Onde:

R = Valor do reajuste

P_0 = Preço base proposto

IPCA= Índice Nacional de Preços ao Consumidor-amplo, calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

$IPCA_I$ = Índice referente ao mês de aniversário da data de apresentação da proposta.

$IPCA_0$ = Índice referente ao mês da apresentação da proposta.

7.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

Repactuação

7.10. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado.

7.11. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação.

7.11.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 I www.ararangua.sc.gov.br

7.12. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (§ 4º do artigo 135da Lei Federal n. 14.133/2021).

7.13. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (§ 5º do artigo 135 da Lei Federal n. 14.133/2021)

7.14. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.15. Na repactuação, o contratante não se vincularáàs disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. (§§ 1º e 2º do artigo 135 da Lei Federal n. 14.133/2021)

7.16. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.16.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

Revisão

7.17. A revisão deve ser precedida de solicitação da Contratada, acompanhada de comprovação:

7.17.1. dos fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém com consequências incalculáveis;

7.17.2. da alteração de preços ou custos, por meio de notas fiscais, faturas, tabela de preços, orçamentos, notícias divulgadas pela imprensa e por publicações especializadas e outros documentos pertinentes, preferencialmente com referência à época da elaboração da proposta e do pedido de revisão; e

7.17.3. de demonstração analítica, por meio de planilha de custos e formação de preços, sobre os impactos da alteração de preços ou custos no total do Contrato.

7.17.4. A Matriz de Riscos define o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e é vinculante para pedidos de revisão.

7.17.5. A revisão que não for solicitada durante a vigência do Contrato considera-se preclusa com a prorrogação ou renovação contratual ou com o encerramento do Contrato.

7.17.6. Caso, a qualquer tempo, a Contratada seja favorecida com benefícios fiscais isenções e/ou reduções de natureza tributárias em virtude do cumprimento do Contrato, as vantagens auferidas serão transferidas à Contratante, reduzindo-se o preço.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

7.17.7. Caso, por motivos não imputáveis à Contratada, sejam majorados os gravames e demais tributos ou se novos tributos forem exigidos da Contratada, cuja vigência ocorra após a data da apresentação da Proposta, a Contratante ia absorverá os ônus adicionais, reembolsando a Contratada dos valores efetivamente pagos e comprovados, desde que não sejam de responsabilidade legal direta e exclusiva da Contratada.

7.18. Os pedidos de revisão serão decididos em decisão fundamentada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da formalização do requerimento.

7.18.1. A Contratante poderá realizar diligências junto à Contratada para que esta complemente ou esclareça alguma informação indispensável à apreciação dos pedidos. Nesta hipótese, o prazo estabelecido neste subitem ficará suspenso enquanto pendente a resposta pela Contratada.

7.19. Nas hipóteses desta cláusula, o próprio instrumento contratual deve ser firmado com os valores reajustados, repactuados ou revistos, devendo ser antecedido de parecer jurídico e de autorização do gestor do contrato, cumpridos os demais requisitos prescritos neste contrato e no artigo 68 do Regulamento de Licitações e Contratos do Município, tudo juntado aos autos do processo do contrato.

CLÁUSULA VIII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1 Pela Administração Municipal, quando

8.2 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.3 A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.4 A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.5 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.7 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

8.8 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.9 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.10 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

9. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo(a) xxxxxxxxxxxxx, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

9.1 A emissão dos pedidos, sua retificação ou cancelamento, autorizados pelo órgão requisitante total ou parcial, serão igualmente, quando da solicitação.

CLÁUSULA X – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10. Compete à Contratante:

10.1 Fazer o pedido nos prazos conforme estabelecido em edital.

10.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada durante execução do objeto.

10.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA XI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11. Fornecer a pronta entrega e material de qualidade conforme discriminado, juntamente com a nota Fiscal, sem custo de frete.

11.2 Garantia mínima de conforme termo de referência.

CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial Nº. xxxx/202x, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12.1. Fica eleito o foro de Araranguá (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 14.133/2021, e demais normas aplicáveis.

Araranguá (SC), xx de xxxxxxxxxxx de 202x.

_____

CONTRATANTE

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 I www.ararangua.sc.gov.br

CONTRATADA



ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b891

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 I www.ararangua.sc.gov.br

ANEXO II.1 – MINUTA CONTRATO

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei Federal n. 14.133/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ

(Processo Administrativo n°.....)

TERMO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE[====] QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIODE ARARANGUÁ E A EMPRESA .....

A Prefeitura Municipal de Araranguá, por intermédio da Secretaria de Administração, com sede na Rua Dr. Virgulino de Queiróz, 200, Centro, Araranguá – SC, CEP: 88900-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 82.911.249/0001-13, neste ato representada pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20..., publicada no Diário Oficial de ..... de ..... de ....., portador da Matrícula Funcional nº ....., doravante denominada CONTRATANTE, e ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), **conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos**, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei Federal n. 14.133/2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente **do Pregão Eletrônico n. .../...**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto a aquisição de **XXXXXXXXXX**, conforme descrição especificações contidas no Edital e seus anexos.

1.2. O presente contrato decorre do processo n. ...../....., realizado pelo Pregão Eletrônico n. ...../.....

1.3. Este contrato e os documentos que o originaram são considerados como um único termo e suas regras deverão ser interpretados de forma harmônica. Em caso de divergência insuperável entre as regras deste contrato e demais documentos da contratação, prevalecerão as regras deste contrato e, na sequência, a seguinte ordem: Termo de Referência e Proposta.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 I www.ararangua.sc.gov.br

2. CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZOS

2.1. O prazo de execução do objeto desta contratação é de .....e o prazo de vigência é de ....., sempre contados a partir da data da respectiva ordem de fornecimento.

2.1.1. Os prazos previstos neste Contrato, de execução e vigência, poderão ser prorrogados, durante a vigência contratual,com base no artigo 66 do Regulamento de Licitações e Contratos do Município de Araranguá, estendendo-se o seu prazo de duração inicial e o valor contratado de forma proporcional.

2.1.2. O prazo de execução e o prazo de vigência devem ser prorrogados de ofício por decisão motivada e formal do gestor do contrato, mediante apostilamento, quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato e a não conclusão decorrer de culpa da CONTRATADA.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR DO CONTRATO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. Como contrapartida à execução do objeto do presente Contrato, o Município de Araranguá deve pagar à CONTRATADA o valor total de .....

3.1.1. O valor contratado inclui todos os impostos e taxas vigentes na Legislação Brasileira para a execução do objeto desta contratação e todos os custos diretos e indiretos inerentes, tais como os a seguir indicados, porém sem se limitar aos mesmos: despesas com pessoal (inclusive obrigações sociais, viagens e diárias), despesas administrativas, administração, lucro e outras despesas necessárias a boa realização do objeto desta contratação, isentando o Município de quaisquer ônus adicionais.

3.2. Os recursos orçamentários para cobrir as despesas decorrentes da execução do objeto deste contrato estão previstos no orçamento de investimento do Município, Fonte [=====], Centro financeiro [=====], item financeiro [=====].

4. CLÁUSULA QUARTA – GARANTIA

4.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do artigo 96 da Lei Federal n. 14.133/2021, em valor correspondente a **5% (cinco por cento) do valor total do contrato.**

4.1.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total/anual do contrato

4.1.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

4.1.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do artigo 137 da Lei Federal n. 14.133/2021.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 I www.ararangua.sc.gov.br

4.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, terá validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência.

4.3. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice permanecerá em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas**.**

4.4. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 4.6 deste contrato.

4.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

4.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e

4.7.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

4.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 4.7, observada a legislação que rege a matéria.

4.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

4.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

4.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do artigo 137 da Lei Federal n. 14.133/2021).

4.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do artigo 20 da Circular Susep n. 662, de 11 de abril de 2022.

4.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

4.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.17. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.18. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.19. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.20. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

4.21. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

4.22. Além da garantia de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei Federal n. 14.133/2021, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

4.23. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

5. CLÁUSULA QUINTA – EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1. O Contrato deve ser cumprido fielmente pelas partes de acordo com as Cláusulas e condições avençadas, as normas ditadas pela Lei n. 143.133/2021 e pelo Regulamento de Licitações e Contratos do Município de Araranguá, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.1.1. A CONTRATADA deverá fornecer os bens e insumos especificados no objeto deste instrumento de Contrato, cumprindo todas as obrigações e responsabilidades a si indicadas no Termo de Referência, e, também, as seguintes:

a) administrar este Contrato e executar os serviços, inclusive os complementares, nos prazos e condições fixados, de acordo com as regras comprovadas de boa técnica, utilizando para tal fim toda a experiência e know-how próprios, e empregando mão de obra qualificada e equipamentos,

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 I www.ararangua.sc.gov.br

materiais e escritórios condizentes com a natureza, complexidade, exatidão e qualidade técnica requerida pelos serviços;

b) cumprir todas as obrigações legais relativas a salários, alimentação, assistência social, segurança e medicina do trabalho e, em especial, as disposições da CLT e legislação correlata aplicável ao pessoal alocado na execução dos serviços;

c) seguir rigorosamente as etapas de execução previstas no Cronograma Físico-Financeira.

5.1.2. O Município de Araranguá deverá acompanhar e assegurar as condições necessárias para a execução do objeto, bem como efetuar os pagamentos nos prazos estabelecidos, cumprindo rigorosamente todas as obrigações e responsabilidades a si indicadas no Termo de Referência.

5.2. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados direta ou indiretamente ao Município de Araranguá ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Município de Araranguá.

5.3. O gestor do contrato pode suspender a sua execução em casos excepcionais e motivados tecnicamente pelo agente de fiscalização nas hipóteses do artigo 73 do Regulamento.

5.4. Constatada qualquer irregularidade na contratação ou na execução contratual, o gestor do contrato deve, se possível, saneá-la, evitando-se a suspensão da execução do Contrato ou outra medida como decretação de nulidade ou rescisão contratual.

5.4.1. Na hipótese prevista neste subitem, a CONTRATADA deve submeter ao Município de Araranguá, por escrito, todas as medidas que lhe parecerem oportunas, com vistas a reduzir ou eliminar as dificuldades encontradas, bem como os custos envolvidos. O Município de Araranguá compromete-se a manifestar-se, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, quanto à sua aprovação, recusa ou às disposições por ela aceitas, com seus custos correlatos.

5.5. As partes contratantes não são responsáveis pela inexecução, execução tardia ou parcial de suas obrigações, quando a falta resultar, comprovadamente, de fato necessário, cujo efeito não era possível evitar ou impedir. Essa exoneração de responsabilidade deve produzir efeitos nos termos do parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

5.6. No caso de uma das partes se achar impossibilitada de cumprir alguma de suas obrigações, por motivo de caso fortuito ou força maior, deve informar expressa e formalmente esse fato à outra parte, no máximo até 10 (dez) dias consecutivos contados da data em que ela tenha tomado conhecimento do evento.

5.6.1. A comunicação de que trata este subitem deve conter a caracterização do evento e as justificativas do impedimento que alegar, fornecendo à outra parte, com a maior brevidade, todos os elementos comprobatórios e de informação, atestados periciais e certificados, bem como comunicando todos os elementos novos sobre a evolução dos fatos ou eventos verificados e invocados, particularmente sobre as medidas tomadas ou preconizadas para reduzir as consequências desses fatos ou eventos, e sobre as possibilidades de retomar, no todo ou em parte, o cumprimento de suas obrigações contratuais.

5.6.2. O prazo para execução das obrigações das partes, nos termos desta Cláusula, deve ser acrescido de tantos dias quanto durarem as consequências impeditivas da execução das respectivas obrigações da parte afetada pelo evento.

5.7. A não utilização pelas partes de quaisquer dos direitos assegurados neste Contrato, ou na Lei em geral, ou no Regulamento de Licitações e Contratos do Município de Araranguá, ou a não aplicação de quaisquer sanções, não

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

invalida o restante do Contrato, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras.

5.8. Qualquer comunicação pertinente ao Contrato, a ser realizada entre as partes contratantes, inclusive para manifestar-se, oferecer defesa ou receber ciência de decisão sancionatória ou sobre rescisão contratual, deve ocorrer por escrito, preferencialmente nos seguintes e-mails:

E-mail do Município de Araranguá - .....
E-mail da CONTRATADA - .....

5.8.1. As partes são obrigadas a verificar os e-mails referidos neste subitem a cada 24 (vinte e quatro) horas e, se houver alteração de e-mail ou qualquer defeito técnico, devem comunicar à outra parte no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

5.8.2. Os prazos indicados nas comunicações iniciam em 2 (dois) dias úteis a contar da data de envio do e-mail, salvo se houver confirmação de leitura ou de recebimento anterior, hipótese em que os prazos se iniciam com a respectiva confirmação.

5.9. A execução do presente Contrato e das parcelas do presente Contrato estão condicionadas à expedição, por parte do Gestor de Contrato do Município de Araranguá, das respectivas ordens de execução de serviços e de fornecimento.

6. CLÁUSULA SEXTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. O Município de Araranguá deve receber o objeto do presente Contrato:

a) parcialmente: por ato do agente de fiscalização, em 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação da CONTRATADA para o Município de Araranguá, relativo às etapas mensais do objeto, conforme cronograma de execução indicado no subitem 1.2 do presente Contrato, representando aceitação da execução da etapa;

b) definitivamente: por ato do gestor do contrato, em 30 (trinta) dias úteis, a contar da entrega dos bens constantes das ordens de fornecimento, relativo à integralidade da parcela ou do Contrato, representando aceitação do fornecimento e liberação da CONTRATADA tocante a vícios aparentes.

6.2. Acaso verifique o descumprimento de obrigações por parte da CONTRATADA, o agente de fiscalização técnica ou administrativo deve comunicar ao preposto desta, indicando, expressamente, o que deve ser corrigido e o prazo máximo para a correção. O tempo para a correção deve ser computado no prazo de execução de etapa, parcela ou do Contrato, para efeito de configuração da mora e suas cominações.

6.2.1. Realizada a correção pela CONTRATADA, abrem-se novamente os prazos para os recebimentos estabelecidos nesta Cláusula.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

7.1. O pagamento é condicionado ao recebimento definitivo e deve ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA ao gestor do contrato do Município de Araranguá, que deve conter o

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b891

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 | www.ararangua.sc.gov.br

detalhamento do objeto executado, o número deste Contrato, a agência bancária e conta corrente na qual deve ser depositado o respectivo pagamento.

7.1.1. O prazo para pagamento é de, no máximo, 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento parcial ou definitivo, condicionado à apresentação à unidade de gestão de contrato do Município de Araranguá da Nota Fiscal/Fatura.

7.1.2. Caso haja interesse de ambas as partes, o prazo de pagamento, considerada a data do efetivo desembolso, poderá ser reduzido desde que seja concedido o desconto estabelecido pelo Departamento Financeiro, sendo que a taxa de deságio deverá ser no mínimo equivalente ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), acrescida da taxa de juros de 12% (doze por cento) ao ano.

7.1.3. As faturas que apresentarem erros ou cuja documentação suporte esteja em desacordo com o contratualmente exigido devem ser devolvidas à CONTRATADA pela unidade de gestão de contrato do Município de Araranguá para a correção ou substituição. O Município de Araranguá, por meio da unidade de gestão de contrato, deve efetuar a devida comunicação à CONTRATADA dentro do prazo fixado para o pagamento. Depois de apresentada a Nota Fiscal/Fatura, com as devidas correções, o prazo previsto no subitem acima deve começar a correr novamente do seu início, sem que nenhuma atualização ou encargo possa ser imputada ao Município de Araranguá.

7.2. O Município de Araranguá pode reter ou glosar os pagamentos, sem prejuízo das sanções cabíveis, se a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada; ou

c) não arcar com as obrigações trabalhistas e previdenciárias dos seus empregados, quando dedicados exclusivamente à execução do Contrato.

7.2.1. Havendo controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, à qualidade e à quantidade, o montante correspondente à parcela incontroversa deverá ser pago no prazo previsto no subitem acima e o relativo à parcela controvertida deve ser retido.

7.3. É vedado o pagamento antecipado.

7.4. É permitido ao Município de Araranguá descontar dos créditos da CONTRATADA qualquer valor relativo à multa, ressarcimentos e indenizações, sempre observado o contraditório e a ampla defesa.

7.5. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pelo Município de Araranguá, o valor devido deve ser acrescido de atualização financeira, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento, à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), acrescido dos encargos, calculados da seguinte forma:

$$EM = I \times VP \times N$$

Onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

I = Índice de atualização financeira, calculado como: (6 / 100 / 365) = 0,00016438;

VP = Valor da parcela em atraso;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 I www.ararangua.sc.gov.br

8. CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

8.1. A CONTRATADA, desde que com a prévia e expressa autorização do gestor do contrato do Município de Araranguá, pode subcontratar parcela do objeto deste Contrato, desde que não se refira a parcela sobre a qual o Município de Araranguá exigiu atestado de capacidade técnica durante o processo licitatório. A subcontratação pode abranger aspectos acessórios e instrumentais de tais parcelas.

8.1.1. A subcontratação não exonera a CONTRATADA de todas as suas obrigações, atinentes à integralidade do Contrato.

8.1.2. O pagamento, se assim requerido formal e expressamente pela CONTRATADA, pode ser realizado diretamente pelo Município de Araranguá à subcontratada.

9. CLÁUSULA NONA – ALTERAÇÕES INCIDENTES SOBRE O OBJETO DO CONTRATO

9.1. A alteração incidente sobre o objeto do Contrato deve ser consensual e pode ser quantitativa, quando importa acréscimo ou diminuição do objeto do Contrato, ou qualitativa, quando a alteração diz respeito a características e especificações técnicas do objeto do Contrato.

9.1.1. A alteração quantitativa sujeita-se aos limites previstos no artigo 125 da Lei n. 14.133/2021, devendo observar o seguinte:

a) a aplicação dos limites deve ser realizada separadamente para os acréscimos e para as supressões, sem que haja compensação entre eles;

b) deve ser mantida a diferença, em percentual, entre o valor global do Contrato e o valor orçado pelo Município de Araranguá, salvo se o fiscal técnico do Contrato apontar justificativa técnica ou econômica, que deve ser ratificada pelo gestor do Contrato;

9.1.2. As alterações qualitativa e quantitativa consensual não se sujeitam aos limites previstos no 125 da Lei n. 14.133/2021, devendo observar o seguinte:

a) as alterações devem ser justificadas pelo gestor do contrato com o apoio técnico da unidade demandante com base no princípio da proporcionalidade, demonstrando-se adequadas e necessárias para o melhor atendimento ao interesse público;

b) a alteração será adequada desde que constitua meio hábil para a adequação ou correção do objeto do contrato, de modo a atender o interesse público;

c) alteração será necessária desde que se demonstre que o atendimento ao interesse público não poderia ser provido de outro modo menos oneroso sob a perspectiva de custos diretos e indiretos para o MUNICÍPIO, gestão contratual e continuidade do serviço público, inclusive diante da hipótese de extinção contratual antecipada seguida de nova contratação.

9.2. As alterações incidentes sobre o objeto devem ser:

a) instruídas com memória de cálculo e justificativas de competência do fiscal técnico e do fiscal administrativo do Município de Araranguá, que devem avaliar os seus pressupostos e condições e, quando for o caso, calcular os limites;

b) as justificativas devem ser ratificadas pelo gestor do Contrato do Município de Araranguá; e

c) submetidas à área jurídica e, quando for o caso, à área financeira do Município de Araranguá;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 | www.ararangua.sc.gov.br

9.3. As alterações contratuais incidentes sobre o objeto e as decorrentes de revisão contratual devem ser formalizadas por termo aditivo firmado pela mesma autoridade que firmou o contrato, devendo o extrato do termo aditivo ser publicado no sítio eletrônico do Município de Araranguá.

9.4. As alterações contratuais incidentes sobre o objeto e as decorrentes de revisão contratual devem ser formalizadas por termo aditivo firmado pela mesma autoridade que firmou o

9.5. As alterações contratuais decorrentes de falhas em planejamento devem ser comunicadas ao controle interno, sem prejuízo das medidas prescritas no § 1º do artigo 124 da Lei n. 14.133/2021.

a) a variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços;
b) as atualizações, as compensações ou as penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no Contrato;
c) a correção de erro material havido no instrumento de Contrato;
d) as alterações na razão ou na denominação social da CONTRATADA;
e) as alterações na legislação tributária que produza efeitos nos valores contratados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

10.1. O equilíbrio econômico-financeiro do Contrato deve ocorrer por meio de:

a) reajuste: instrumento para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato diante de variação de preços e custos que sejam normais e previsíveis, relacionadas com o fluxo normal da economia e com o processo inflacionário, devido ao completar 1 (um) ano a contar da data do orçamento a que se refere proposta; ou
b) revisão: instrumento para manter o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato diante de variação de preços e custos decorrentes de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém com consequências incalculáveis, e desde que se impactantes sobre a equação econômico-financeira, sem a necessidade de periodicidade mínima.

10.2. O reajuste deve ser concedido pelo Município de Araranguá mediante requerimento da CONTRATADA e deve observar a seguinte fórmula:

$$R = P_0[(IPCA_I / IPCA_0)-1]$$

Onde:

R = Valor do reajuste

P_0 = Preço base proposto

IPCA= Índice Nacional de Preços ao Consumidor-amplo, calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

$IPCA_I$ = Índice referente ao mês de aniversário da data de apresentação da proposta.

$IPCA_0$ = Índice referente ao mês da apresentação da proposta.

10.3. A revisão deve ser precedida de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de comprovação:

a) dos fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém com consequências incalculáveis;
b) da alteração de preços ou custos, por meio de notas fiscais, faturas, tabela de preços, orçamentos, notícias divulgadas pela imprensa e por publicações especializadas e outros documentos

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

pertinentes, preferencialmente com referência à época da elaboração da proposta e do pedido de revisão; e

c) de demonstração analítica, por meio de planilha de custos e formação de preços, sobre os impactos da alteração de preços ou custos no total do Contrato.

10.3.1. A revisão que não for solicitada durante a vigência do Contrato considera-se preclusa com a prorrogação ou renovação contratual ou com o encerramento do Contrato.

10.3.2. Caso, a qualquer tempo, a CONTRATADA seja favorecida com benefícios fiscais isenções e/ou reduções de natureza tributárias em virtude do cumprimento do Contrato, as vantagens auferidas serão transferidas ao Município de Araranguá, reduzindo-se o preço.

10.3.3. Caso, por motivos não imputáveis à CONTRATADA, sejam majorados os gravames e demais tributos ou se novos tributos forem exigidos da CONTRATADA, cuja vigência ocorra após a data da apresentação da Proposta, o Município de Araranguáabsorverá os ônus adicionais, reembolsando a CONTRATADA dos valores efetivamente pagos e comprovados, desde que não sejam de responsabilidade legal direta e exclusiva da CONTRATADA.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O inadimplemento contratual de ambas as partes autoriza a rescisão, que deve ser formalizada por distrato e antecedida de comunicação à outra parte contratante sobre a intenção de rescisão, apontando-se as razões que lhe são determinantes, dando-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para eventual manifestação.

11.2. A rescisão deverá seguir o procedimento previsto no artigo 80 do Regulamento de Licitações e Contratos do Município de Araranguá.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Com fulcro na Lei Federal n. 14.133/2021 e na Lei Municipal 4.056/2023, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.1.1. advertência;

12.1.2. multa;

12.1.3. impedimento de licitar e contratar e

12.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.2.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.2.2. as peculiaridades do caso concreto

12.2.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.2.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.2.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b891

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 I www.ararangua.sc.gov.br

12.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado ou, caso a não tenha sido firmado contrato, sobre o valor estimado da contratação, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.3.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.3.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 15% a 30%do valor do contrato licitado.

12.4. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Araranguá, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no §5º do artigo 156 da Lei Federal n. 14.133/2021.

12.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização pela Comissão Permanente de Ética e Disciplina nas Licitações e Contratos do município, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.10. Caberá no prazo de 10 (dez) dias úteis, representação contra os atos da Comissão Permanente de Ética e Disciplina nas Licitações e Contratos, a ser encaminhada ao Secretário de Administração, que a receberá sem efeito suspensivo e decidirá a seu respeito após ouvida a Procuradoria-Geral do Município.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação ao Chefe do Poder Executivo, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA POR ATOS LESIVOS AO MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ

13.1. Com fundamento no artigo 5º da Lei n. 12.846/2013, constituem atos lesivos ao Município de Araranguá as seguintes práticas:

a) fraudar o presente Contrato;
b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o Contrato;
c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações deste Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da contrataçãoou neste instrumento contratual; ou
d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato; e
e) realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei n. 12.846/2013, Decreto n. 11.129/2022, Lei n. 14.133/2021, ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis, ainda que não relacionadas no presente Contrato.

13.2. A prática, pela CONTRATADA, de atos lesivos ao Município de Araranguá, a sujeitará, garantida a ampla defesa e o contraditório, às seguintes sanções administrativas:

a) multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação;
b) publicação extraordinária da decisão condenatória.

13.2.1. Na hipótese da aplicação da multa prevista na alínea “a” deste subitem, caso não seja possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica, a multa será de R$ 6.000,00 (seis mil reais) a R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

13.2.2. As sanções descritas neste subitem serão aplicadas fundamentadamente, isolada ou cumulativamente, de acordo com as peculiaridades do caso concreto e com a gravidade e natureza das infrações.

13.2.3. A publicação extraordinária será feita às expensas da empresa sancionada e será veiculada na forma de extrato de sentença nos seguintes meios:

a) em jornal de grande circulação na área da prática da infração e de atuação do proponente ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;
b) em Edital afixado no estabelecimento ou no local de exercício da atividade do proponente, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias; e
c) no sítio eletrônico do proponente, pelo prazo de 30 (trinta) dias e em destaque na página principal do referido sítio.

13.2.4. A aplicação das sanções previstas neste subitem não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

13.3. A prática de atos lesivos ao Município de Araranguá será apurada e apenada em Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), instaurado pelo Diretor Presidente do Município de Araranguá e conduzido por comissão composta por 2 (dois) servidores designados.

13.3.1. Na apuração do ato lesivo e na dosimetria da sanção eventualmente aplicada, ao Município de Araranguá deve levar em consideração os critérios estabelecidos no artigo 7º e seus incisos da Lei n. 12.846/2013.

13.3.2. Caso os atos lesivos apurados envolvam infrações administrativas à Lei n. 14.133/2021, ou a outras normas de licitações e contratos da administração pública, e tenha ocorrido a apuração conjunta, o proponente também estará sujeito a sanções administrativas que tenham como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a administração pública, a serem aplicadas no PAR.

13.3.3. A decisão administrativa proferida pela autoridade julgadora ao final do PAR será publicada no Diário Oficial a União.

13.3.4. O processamento do PAR não interferirá na instauração e seguimento de processo administrativo específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos ao Município de Araranguá resultantes de ato lesivo cometido pelo proponente, com ou sem a participação de agente público.

13.3.5. O PAR e o sancionamento administrativo obedecerão às regras e parâmetros dispostos em legislação específica, notadamente, na Lei n. 12.846/2013 e Decreto n. 11.129/2022, inclusive suas eventuais alterações, sem prejuízo ainda da aplicação do ato de que trata o artigo 67 do Decreto n. 11.129/2022.

13.4. A responsabilidade da pessoa jurídica na esfera administrativa não afasta ou prejudica a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

13.5. As disposições deste subitem se aplicam quando o proponente se enquadrar na definição legal do parágrafo único do artigo 1º da Lei n. 12.846/2013.

13.6. Não obstante o disposto nesta Cláusula, a CONTRATADA está sujeita a quaisquer outras responsabilizações de natureza cível, administrativa e, ou criminal, previstas neste Contrato e, ou na legislação aplicável, no caso de quaisquer violações.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICIDADE E CONFIDENCIALIDADE

14.1. Quaisquer informações relativas ao presente Contrato, somente podem ser dadas ao conhecimento de terceiros, inclusive através dos meios de publicidade disponíveis, após autorização, por escrito, do Município de Araranguá. Para os efeitos desta Cláusula, deve ser formulada a solicitação, por escrito, ao Município de Araranguá, informando todos os pormenores da intenção da CONTRATADA, reservando-se, ao Município de Araranguá, o direito de aceitar ou não o pedido, no todo ou em parte.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

15.1. As partes comprometem-se a observar e cumprir com os preceitos previstos na Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

15.2. Cada Parte é exclusivamente responsável pelo tratamento de dados que realizar no contexto deste Contrato, sendo que a responsabilidade entre as partes é limitada aos danos efetivamente sofridos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – POLÍTICA DE RELACIONAMENTO E ANTICORRUPÇÃO

16.1. A CONTRATADA assume o compromisso de deferência a práticas de integridade em todo o encadeamento contratual, com expressa observância aos princípios contidos no Regulamento de Licitações e Contratos disponível no site do Município de Araranguá, bem como no termo de compromisso que integra o presente Contrato.

16.2. O Município de Araranguá reserva-se no direito de realizar auditoria na CONTRATADA para verificar sua conformidade com as Leis, sendo a CONTRATADA responsável por manter em sua guarda todos os arquivos e registros evidenciando tal conformidade, assim como disponibilizá-los ao Município de Araranguá dentro de 5 (cinco) dias a contar de sua solicitação.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Araranguá para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme § 1º do artigo 92 da Lei Federal n. 14.133/2021.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que produzam os efeitos legais, por si e seus sucessores.

Araranguá, [dia] de [mês] de [ano].

_____

Representante legal do CONTRATANTE

_____

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 I www.ararangua.sc.gov.br

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

DECLARAÇÃO DE PARENTESCO (a ser preenchido pela licitante e apresentado no envelope de habilitação)	
IDENTIFICAÇÃO	
Nome:	**CPF:**
Nome da Empresa:	**CNPJ:**
Função do(a) declarante(a) na Empresa:	**Telefone de contato:**
DECLARAÇÃO	

Declaro, sob as penas da lei, para fins de participação em licitação, que a pessoa física/jurídica supra identificada:

( ) **não possui sócio** que seja cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até segundo grau, inclusive, do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários e cargos assemelhados ou de servidor da Administração Pública direta e indireta investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, em exercício na Administração Pública direta e indireta do Município de Araranguá/SC.

( ) **possui sócio** que seja [ ] cônjuge ou companheiro(a) e/ou [ ] parente em linha reta ou colateral ou por afinidade, até o segundo grau, inclusive, do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários e cargos assemelhados ou de servidor da Administração Pública direta e indireta investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, em exercício na Administração Pública direta e indireta do Município de Araranguá/SC, a seguir indicado(a):

Nome:	
Cargo:	**Órgão de Lotação:**
Grau de Parentesco:	
Assinatura responsável (declarante)	

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 I www.ararangua.sc.gov.br

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO

DECLARO, sob as penas da lei, para fins do PREGÃO PRESENCIAL N° __/___, que a empresa _____ não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei Federal no 8.666/93 e alterações posteriores, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

ANEXO V – MODELO DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:
CNPJ:
ENDEREÇO:

Para fins de participação no Edital de _____ e enquadramento como _____ (**microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais, pessoa física, microempreendedores individuais ou sociedades cooperativas de consumo**) declaramos para todos os fins de direito, que:

a) Não celebramos contratos com a Administração Pública, no ano-calendário da realização desta licitação, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida, podendo receber o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado;

b) Não estamos inserida nas hipóteses previstas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Data:_____de_____de_____. . _____
Assinatura, Nome, Cargo e Função
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/11/2025 13:59 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pdaa465c5b8891

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ
Rua Virgulino de Queiroz, 200 - Centro - Araranguá / SC
48 3521 0900 I www.ararangua.sc.gov.br